Este trabalho foi publicado originalmente em inglês pelo Banco Mundial como Renewing with Growth in 2021. Em caso de desacordos, prevalece o idioma original.

Este trabalho foi produzido pelo pessoal do Banco Mundial com contribuições externas. As apurações, interpretações e conclusões expressas neste trabalho não refletem necessariamente a opinião do Banco Mundial, de sua Diretoria Executiva nem dos governos dos países que representam. O Banco Mundial não garante a exatidão dos dados apresentados neste trabalho. As fronteiras, cores, denominações e outras informações apresentadas em qualquer mapa deste trabalho não indicam nenhum julgamento do Banco Mundial sobre a situação legal de qualquer território, nem o endosso ou a aceitação de tais fronteiras.

Nada aqui constitui ou pode ser considerado como constituindo uma limitação ou dispensa de privilégios e imunidades do Banco Mundial, os quais são especificamente reservados.

Direitos e permissões

Este trabalho está disponível na licença da Creative Commons Attribution 3.0 IGO (CC BY 3.0 IGO) http://creativecommons.org/licenses/by/3.0 IGO. Nos termos da licença Creative Commons Attribution, o usuário pode copiar, distribuir, transmitir e adaptar este trabalho, inclusive para fins comerciais, nas seguintes condições:

Atribuição — Favor citar o trabalho como segue: Banco Mundial. "Renovando com Crescimento", Relatório Semestral – Escritório do Economista Chefe para a América Latina e o Caribe (Março 2021), Banco Mundial, Washington, D.C. Licença: Creative Commons Attribution CC BY 3.0 IGO

Tradução — Se o usuário traduzir este trabalho, favor acrescentar o seguinte termo de isenção de responsabilidade juntamente com a atribuição: Esta tradução não foi feita pelo Banco Mundial e não deve ser considerada tradução oficiel do Banco Mundial. O Banco Mundial não se responsabiliza pelo conteúdo nem por qualquer erro dessa tradução.

Adaptações — Se o usuário criar uma adaptação deste trabalho, favor acrescentar o seguinte termo de isenção de responsabilidade juntamente com a atribuição: Esta é uma adaptação de um trabalho original do Banco Mundial. Pontos de vista e opiniões expressos na adaptação são de inteira responsabilidade do autor ou autores da adaptação e não são endossados pelo Banco Mundial.

Conteúdo de terceiros — O Banco Mundial não é necessariamente proprietário de todos os componentes do conteúdo incluído no trabalho. Portanto, o Banco Mundial não garante que o uso de qualquer componente individual de terceiros ou parte do conteúdo do trabalho não infrinja direitos de terceiros. O risco de reivindicações resultantes de tal violação recai inteiramente sobre o usuário. Se o usuário desejar reutilizar um componente do trabalho, recairá sobre ele a responsabilidade de determinar se é necessária permissão para tal reutilização, bem como obter a referida permissão junto ao proprietário dos direitos autorais. Exemplos de componentes podem incluir, embora não de forma exclusiva, tabelas, figuras ou imagens.

Todas as consultas sobre direitos e licenças devem ser endereçadas a World Bank Publications, The World Bank Group, 1818 H Street NW, Washington, DC 20433, USA; e-mail: pubrights@worldbank.org.

ISBN (papel): 978-1-4648-1725-0
DOI:10.1596/ 978-1-4648-1725-0


Desenho: Alejandro Espinosa (Sonideas).

Tradução em português: Just Traduções.
Relatório Semestral da Região da América Latina e do Caribe

Renovando com Crescimento

Elaborado pelo escritório do Economista-Chefe para a América Latina e o Caribe

Em conjunto com:

- o escritório do Economista-Chefe da Vice-Presidência de Infraestrutura
- a Vice-Presidência de Economia de Desenvolvimento
- a Prática Global de Energia e Atividades Extrativas
- a Prática Global de Finanças e Competitividade
- a Prática Global de Macroeconomia, Comércio e Investimento
- a Prática Global de Pobreza e Equidade

Banco Mundial - 29 de março de 2021
Índice

Agradecimentos .................................................................................................................. 7
Sumário executivo ............................................................................................................. 9

1. O primeiro ano da Covid-19 ......................................................................................... 13
   Um número de mortes descomunal .................................................................................. 14
   Custos econômicos e sociais substanciais ......................................................................... 18
   Acontecimentos econômicos recentes ................................................................................. 22
   Um ambiente externo mais favorável ................................................................................ 24
   Uma postura política de apoio ............................................................................................. 26

2. O cenário no curto prazo ................................................................................................ 31
   A pandemia não acabou .................................................................................................... 32
   Perspectivas de crescimento na região e no mundo .......................................................... 36

3. Os impactos de mais longo prazo da crise da Covid-19 .................................................. 41
   Capital humano perdido ..................................................................................................... 42
   Mercado de trabalho em baixa, especialmente entre as mulheres ....................................... 44
   Excesso de endividamento e passivo contingente ................................................................ 46
   Transformação estrutural .................................................................................................. 49
   A promessa da digitalização ............................................................................................... 50

4. Mais energia para a região ............................................................................................. 59
   Eletricidade na sua maioria limpa e potencialmente barata .................................................. 61
   Eletricidade cara na prática ............................................................................................... 63
   Tributação e subsídio à eletricidade .................................................................................... 66
   Custos decorrentes da ineficiência ...................................................................................... 68
   Tirando o máximo proveito da geração distribuída ............................................................... 69
   A promessa da comercialização de energia ......................................................................... 71

Resumos por país .................................................................................................................. 77
Referências ............................................................................................................................ 90
Renovando com Crescimento

Foto: Ilustração baseada em uma fotografia de © Myriam B/Shutterstock
Agradecimentos

Este relatório foi elaborado pelo escritório do Economista-Chefe do Banco Mundial para a América Latina e o Caribe (LCRCE). O relatório foi preparado juntamente com as Práticas Globais de Energia e Atividades Extrativistas, de Finanças e Competitividade, de Macroeconomia, Comércio e Investimento, e de Pobreza e Equidade. Ele também contou com a colaboração do escritório do Economista-Chefe da Vice-Presidência de Infraestrutura e da Vice-Presidência de Economia de Desenvolvimento. A elaboração do relatório foi liderada por Martín Rama (economista-chefe, LCRCE).

Contribuições significativas foram recebidas de Guillermo Beylis (economista), José André Camarena Fonseca (analisista de pesquisa), Irene Anne Sophie Ezran (consultora), Virgilio Galdo (analisista de pesquisa), Ayan Qu (consultor), Daniel Riera-Crichton (economista), Rucheta Singh (analisista de pesquisa) e Guillermo Vuletin (economista sênior), todos da LCRCE.

As principais informações referentes ao trabalho analítico sobre o setor de eletricidade foram fornecidas por Debabrata Chattopadhyay (especialista sênior em energia, IEEES), Govinda Timilsina (economista sênior de pesquisa, DECSI), Maria Vagliasindi (economista líder, INFCE) e Fan Zhang (economista sênior, INFCE). A análise dos dados de satélites e sua relação com a atividade econômica foi feita em uma colaboração com Stephen D. Morris (Professor Assistente de Economia, Bowdoin College).


As informações fornecidas pelas Práticas Globais de Energia e Atividades Extrativistas, Finanças e Competitividade, Macroeconomia, Comércio e Investimento e de Pobreza e Equidade foram coordenadas por Stephanie Gil (gerente de prática, ILCE1), Yira J. Mascaro (gerente de prática, ELCFN), Jorge Araújo (gerente de prática, ELCMU) e Ximena del Carpio (gerente de prática, ELCPV), respectivamente.

Recebemos apoio administrativo de Jacqueline Larrabure (assistente de projetos, LCRCE). Alejandro Espinosa (Sonideas), Shane Kimo Romig (LCREC), Carlos Molina (oficial de comunicações on-line, LCREC) e Gonzalo Villamizar (consultor, LCREC) contribuíram para o design e a comunicação.

A data de corte deste relatório é 21 de março de 2021.
Renovando com Crescimento
Com base em dados oficiais, o número de mortos por Covid-19 na América Latina e no Caribe foi maior do que em todas as outras regiões em desenvolvimento e semelhante àquele registrado por economias avançadas. No entanto, as mortes por Covid-19 oficialmente notificadas não são exatamente comparáveis porque os países possuem diferentes capacidades institucionais e políticas de saúde, incluindo testagem. O excedente de mortalidade -- a lacuna relativa entre todas as mortes durante a pandemia e aquelas observadas em tempos normais -- é um indicador mais confiável. Por essa métrica, o número de mortes ocorridas na região é substancialmente mais alto do que sugerem os números oficiais e quase certamente o mais alto do mundo. No entanto, também existem diferenças importantes entre os países, e na América Latina e no Caribe estão os menos e os mais impactados.

A região também foi uma das mais gravemente afetadas em termos econômicos e sociais. A queda estimada do Produto Interno Bruto (PIB) excede tanto o de economias avançadas quanto o de todas as outras áreas em desenvolvimento. Com apenas algumas exceções, os resultados nesta frente têm sido consistentemente negativos. Alguns países da Bacia do Caribe estão entre os que enfrentaram a maior queda na atividade econômica, devido à sua forte dependência do turismo, o setor mais diretamente impactado pelo distanciamento social. As taxas de desemprego aumentaram, em alguns casos substancialmente. Os níveis de pobreza também dispararam, embora as medidas de transferência social de renda - em larga escala em alguns países - tenham ajudado a aliviar o impacto social da crise.

Por outro lado, há desdobramentos internacionais encorajadores. Em primeiro lugar, embora o comércio global de serviços tenha caído drasticamente, o comércio de bens se manteve relativamente favorável. E, dada a rápida recuperação do Leste da Ásia -- e da China em particular -- os preços da maioria das commodities estão mais altos do que antes da crise da Covid-19. Para os países especializados na produção de produtos agrícolas e de mineração, como muitos na América Latina e no Caribe, está uma boa notícia. Em segundo lugar, as remessas para a região também aumentaram em relação ao período anterior à Covid-19, o que é animador, dada a sua enorme importância para o padrão de vida de vários países da Bacia do Caribe e da América Central.


Prever o crescimento econômico na América Latina e no Caribe em 2021 é desafiador porque depende muito de como a pandemia evoluirá nos próximos meses. O desenvolvimento e a produção em massa de vacinas eficazes e seguras em apenas um ano, desde o primeiro surto da Covid-19, é uma realização científica sem precedentes. Mas a produção de vacinas na escala necessária para conter a pandemia é um desafio. Com poucas doses e capacidade limitada, a vacinação é lenta na maior parte da região, indicando que a imunidade coletiva talvez não seja alcançada antes de dezembro de 2021, no mínimo. A eficácia das vacinas contra as novas variantes do vírus também ainda não está clara.
Enquanto isso, nem todas as medidas de contenção adotadas pelos governos para retardar o avanço do contágio têm se mostrado eficazes, como mostra o número desproporcional de mortes enfrentadas pela região. Entre os países, transferências de renda, testagem em larga escala, monitoramento ativo e restrições a viagens internacionais estão claramente associados a menos mortes; enquanto outras medidas restritivas apresentam resultados menos claros. À medida que emergem novas variantes do vírus, novas ondas com altos custos não podem ser descartadas. E tudo isso agrega incerteza a qualquer previsão econômica. É seguro supor que haverá uma importante recuperação econômica no próximo ano, mas as previsões atuais indicam que a América Latina e o Caribe ainda terão que lidar com as perdas econômicas de 2020 em 2021.

A pandemia também é de alguma forma uma fonte de incerteza. Como a crise da Covid-19 é sem precedentes, em sua combinação de choques para agregar demanda e oferta de mão-de-obra, os modelos macroeconômicos padrão talvez não tenham um desempenho tão bom quanto em circunstâncias normais. Atualmente, inúmeras análises econômicas têm feito uso de big data de plataformas eletrônicas e imagens de satélite para avaliar a evolução econômica em tempo real.

Ao longo de suas últimas duas edições, esta série de relatórios se baseou em emissões de dióxido de nitrogênio (NO₂), um gás gerado por combustão, como um indicador da atividade econômica. Com ajustes adequados, as imagens diárias de satélite da mensuração da concentração de NO₂ em cada local permitem estimar o crescimento econômico com alta frequência e granularidade. Essa abordagem mostra claramente que a atividade econômica inicialmente entrou em colapso em todo o mundo. Mas começou a se recuperar no Leste da Ásia em meados de 2020 e, com exceção da Europa, a maioria das regiões – incluindo a América Latina e o Caribe – já retornou aos níveis pré-pandemia no início de 2021.

Há fortes razões para acreditar que a crise da Covid-19 terá um impacto duradouro sobre a atividade econômica. Durante a maior parte de 2020, as crianças ficaram fora das escolas em toda a região, e algumas talvez nunca mais voltem. O distanciamento social e a redução na demanda de trabalho diminuíram drasticamente os níveis de emprego, e as mulheres estão sendo afetadas de maneira desproporcional. Os níveis da dívida pública também aumentaram, em alguns casos substancialmente, e muitas empresas talvez não consigam honrar suas obrigações com credores e fornecedores. Menos aprendizado e experiência profissional estão fadados a reduzir os lucros no futuro, enquanto o sobre-endividamento pode criar tensão no setor financeiro e retardar a recuperação. Para uma região que já enfrentava dificuldades com crescimento lento mesmo antes da pandemia, esse impacto negativo duradouro da crise da Covid-19 seria uma notícia muito ruim.

No entanto, a história oferece insights mais otimistas sobre o que acontece após uma crise dessa magnitude. A Primeira Guerra Mundial levou a uma enorme perda de capital material e humano; ela foi seguida pela gripe espanhola, que foi ainda mais letal que a Covid-19. E ainda assim, o que veio logo depois foram os ‘Loucos Anos 20’. A destruição e a carnificina também foram enormes durante a Segunda Guerra Mundial. Mas o que se seguiu foi um dos mais longos e fortes períodos de crescimento de todos os tempos.

Embora os motivos para o pessimismo sejam claros, grandes crises também podem desencadear uma reestruturação econômica em larga escala. A composição da atividade econômica muda, com contração em alguns setores e expansão em outros. Os setores de hospitalidade e serviços de cuidados pessoais podem sofrer de forma duradoura com a Covid-19, enquanto os setores de tecnologia da informação, finanças e logística podem ganhar um novo impulso. Se os setores em expansão são mais produtivos do que os setores em contração, a produtividade agregada deve aumentar à medida que a economia retorna ao pleno emprego.

A maior transformação, no entanto, poderia surgir pela aceleração da digitalização da economia desencadeada pela pandemia, o que poderia levar a um maior dinamismo em múltiplos setores. A digitalização poderia alavancar os serviços financeiros – principalmente os sistemas de pagamento – uma área em que a região se encontra defasada. As plataformas eletrônicas podem gerar oportunidades de emprego até para os não qualificados e, ao fornecer informações sobre jornadas de trabalho e rendimentos, elas poderiam apoiar a formalização do vínculo...
empregatício. Por fim, o comércio de bens e serviços pela Internet oferece uma oportunidade de maior integração com a economia global.

O benchmarking sistemático da região para as oito dimensões - do acesso à Internet ao custo da banda larga até o uso real - mostra como são desiguais as condições para a digitalização na América Latina e no Caribe. Na maioria dos países da região, uma parcela importante da população pode perder as oportunidades criadas pela digitalização. Também há heterogeneidade substancial entre os países, conforme revelado pelo número de unicórnios - start-ups de tecnologia de rápido crescimento - existentes. Por essa métrica, algumas partes da região são visivelmente dinâmicas.

***

A ruptura tecnológica pode ser um fator determinante da mudança em setores onde as reformas políticas foram paralisadas. Isso vale não apenas para a digitalização, mas também para outras inovações que podem trazer maior concorrência ao mercado e aumentar a eficiência econômica. A produção de eletricidade, setor em profunda transformação no mundo todo, é um exemplo. Como a eletricidade é um insumo para a maioria das atividades econômicas por ser muito importante para o bem-estar doméstico e fundamental para o desenvolvimento sustentável, reduzir seu custo e torná-la mais limpa pode ser transformador.

Em grande parte graças à sua riqueza hidrelétrica, a América Latina e o Caribe têm a matriz energética mais limpa de todas as regiões em desenvolvimento. Diferenças significativas permanecem entre os países, com pequenas ilhas sofrendo com sua dependência do diesel e de óleo combustível. Mas, no geral, dado que o custo de geração a partir de fontes renováveis é menor, a região deveria ter a eletricidade mais barata do mundo em desenvolvimento. Sua vantagem em relação a outras regiões em desenvolvimento até aumentaria caso um hipotético imposto sobre o carbono fosse aplicado em todas as regiões para penalizar as emissões.

Em vez disso, a América Latina e o Caribe têm a eletricidade mais cara do mundo em desenvolvimento. Esse paradoxo deve-se, em parte, à alta prevalência de subsídios ao setor de energia em outros lugares. Porém, independentemente do que outros países em outras regiões fazem, empresas e famílias da América Latina e Caribe pagam muito mais pela eletricidade que usam do que custaria para produzi-la, com base na matriz de geração existente, mesmo se um imposto hipotético sobre o carbono fosse incluído no custo.

Exceto em alguns países, a diferença entre os altos preços da eletricidade e os custos de geração potencialmente baixos não se deve à política fiscal. Os impostos indiretos cobrados nas contas de luz raramente ultrapassam os 20%. Na maior parte da região, as tarifas de eletricidade são subsidiadas – diretamente no caso dos consumidores de baixa renda, e indiretamente pelo fornecimento de gás natural barato para geração de eletricidade.

A principal razão pela qual a eletricidade é mais cara na América Latina e no Caribe do que sua matriz de geração permitiria é a ineficiência de muitos de seus sistemas de eletricidade. Essa ineficiência se manifesta na frequência e duração de quedas de energia, na magnitude das perdas técnicas e comerciais, no excesso de pessoal das concessionárias estatais e no exercício do poder de mercado por parte das geradoras privadas. Entretanto, enfrentar a ineficiência por meio de reformas políticas pode ser desafiador em um momento em que as economias mal estão se recuperando da crise da Covid-19, e após um período de intensa agitação social.

Uma alternativa é alavancar as soluções baseadas em tecnologia para aumentar a concorrência no setor, reduzindo os preços da eletricidade e aumentando a parcela gerada a partir de fontes renováveis. Uma dessas soluções é a geração distribuída, que permite que empresas e famílias utilizem suas próprias fontes de energia – tipicamente painéis solares – para vender ou comprar eletricidade da rede, dependendo da hora do dia. A outra é o comércio de eletricidade entre fronteiras, que aproveita as diferenças nacionais na capacidade instalada, nos custos de geração e no momento do pico de demanda para gerar ganhos mútuos. Cada uma dessas soluções tem um potencial considerável, mas apenas se a estrutura institucional correta estiver implantada.
1. O primeiro ano da Covid-19
Com base em dados oficiais, o número de mortos por Covid-19 na América Latina e no Caribe foi maior do que em todas as outras regiões em desenvolvimento e semelhante àquele registrado por economias avançadas. No entanto, as mortes por Covid-19 oficialmente notificadas não são exatamente comparáveis porque os países possuem diferentes capacidades institucionais e políticas de saúde pública, incluindo testagem. O excedente de mortalidade, definido como a diferença entre o número total de mortes em 2020 e o número correspondente em tempos “normais”, é um indicador mais confiável. Por essa métrica, o número de mortes ocorridas na região é substancialmente mais alto do que sugerem os números oficiais e quase certamente o mais alto do mundo. No entanto, também existem diferenças importantes entre os países, e na América Latina e no Caribe estão os menos e os mais impactados.

A região também foi uma das mais gravemente afetadas em termos econômicos e sociais. A queda estimada do Produto Interno Bruto (PIB) excede tanto o de economias avançadas quanto o de todas as outras áreas em desenvolvimento. Com apenas algumas exceções, os resultados nesta frente têm sido consistentemente negativos. Alguns países da Bacia do Caribe estão entre os que enfrentaram a maior queda na atividade econômica, devido à sua forte dependência do turismo, o setor mais diretamente impactado pelo distanciamento social. As taxas de desemprego aumentaram, em alguns casos substancialmente. Os níveis de pobreza também dispararam, embora as medidas de transferência social tenham ajudado a aliviar o impacto social da crise.

Por outro lado, há desdobramentos internacionais encorajadores. Em primeiro lugar, embora o comércio global de serviços tenha caído drasticamente, o comércio de bens se manteve relativamente favorável. E, dada a rápida recuperação do Leste da Ásia -- e da China em particular -- os preços da maioria das commodities estão mais altos do que antes da crise da Covid-19. Para os países especializados na produção de produtos agrícolas e de mineração, como muitos na América Latina e no Caribe, esta é uma boa notícia. Em segundo lugar, as remessas para a região também aumentaram em relação ao período anterior à Covid-19, o que é animador, dada a sua enorme importância para o padrão de vida de vários países da Bacia do Caribe e da América Central.


**Um número de mortes descomunal**

No início da pandemia da Covid-19, era amplamente esperado que os países mais pobres seriam os que sofreriam a maior perda de vidas (Walker et al. 2020). Com sistemas de saúde precários, acesso limitado a água e saneamento, favelas superlotadas e baixa capacidade governamental, eles pareciam ser os candidatos óbvios para o contágio generalizado e taxas de mortalidade desproporcionalmente altas. No entanto, um ano depois, o número mais pesado de mortes não ocorreu nos países mais pobres, mas nas economias avançadas e na América Latina e no Caribe – as regiões em desenvolvimento mais ricas (mapa 1).
A razão disso ter acontecido é discutível. Superficialmente, é difícil culpar a resposta política pela emergência, já que a maioria dos países da América Latina e do Caribe adotou restrições rígidas desde o início. Tendo sido atingidos pela pandemia vários meses após o primeiro surto e testemunhado a devastação que ela causou na Itália e na Espanha, os governos da região estavam prontos para adotar imediatamente ordens de permanência em casa, suspender a maioria das atividades não essenciais, e até mesmo impor toques de recolher. A região, de fato, impôs alguns dos lockdowns mais prolongados. Pode-se questionar se essas medidas de contenção foram eficazes, mas elas entraram formalmente em vigor.

**Mapa 1. Regiões mais afetadas do mundo**

*Total de mortes por Covid-19 por milhão de pessoas*

Fonte: CSSE da Universidade Johns Hopkins para mortes por COVID-19 e Indicadores de Desenvolvimento Mundial para população.

Uma explicação mais convincente para o maior número de mortes ocorridas nos países da América Latina e do Caribe está relacionada com as características de suas economias e sociedades. Os países mais pobres tendem a ter populações jovens, para as quais a Covid-19 é muito menos letal. Países mais pobres também são menos urbanizados, e aqueles que trabalham na agricultura e vivem em áreas rurais praticam quase que naturalmente o distanciamento social. A América Latina e o Caribe, por outro lado, são uma região que está envelhecendo rapidamente e é predominantemente urbana. Comorbidades relevantes, como obesidade, também são altamente predominantes na região.

Mais uma vez, essa explicação por si só pode não ser suficiente. Estudos conduzidos no nível de condados nos Estados Unidos, onde o volume de informações e a qualidade dos dados disponíveis tendem a ser elevados, são de certa forma inconclusivos sobre o que conduz a taxas de mortalidade mais altas. Mesmo com milhares de municípios e dezenas de indicadores que podem ser relevantes - qualquer coisa, desde poluição do ar a estado de saúde e origem étnica - poucas regularidades estatísticas parecem ser robustas (Knittel e Ozaltun 2020, Wu et al. 2020). Dado esse precedente, não fazemos aqui nenhuma tentativa de tentar explicar por que a região foi tão duramente atingida, nem o que explica a variação no número de mortos entre os países.

Por outro lado, vale a pena ter uma avaliação precisa de como os países se saíram individualmente no primeiro ano da pandemia. Uma preocupação relevante a esse respeito é se as mortes notificadas devido à Covid-19 refletem com precisão a situação local. Dadas as diferentes capacidades institucionais dos países, seus diferentes compromissos com a testagem e as diversas metodologias usadas para classificação das mortes, o número oficial de óbitos pode não ser diretamente comparável.

Para abordar essa questão, este relatório concentra-se no excedente de mortalidade, definido como a diferença entre o número total de mortes em 2020 e o número correspondente em tempos “normais” - medida na prática como a mortalidade média dos cinco anos anteriores. Para garantir uma comparação significativa, tanto as mortes oficiais por Covid-19 quanto o excedente de mortalidade são relatados em relação à população.
Em países com capacidade limitada ou onde os governos optaram por minimizar a importância da pandemia, o excedente de mortalidade deve ultrapassar substancialmente as mortes por Covid-19 notificadas. É o que pode ter acontecido nos países mais pobres, onde uma grande parte das mortes geralmente ocorre fora do sistema de saúde e as informações sobre suas causas são, na melhor das hipóteses, aproximadas. Por outro lado, em países com alta capacidade, o distanciamento social e outras medidas de proteção devem levar a menos mortes. A mortalidade por acidentes de trânsito, estresse ocupacional e até mesmo gripe sazonal nestes casos deveria ser menor do que em um ano “normal”, reduzindo o excedente de mortalidade.

No geral, a lacuna entre o excedente de mortalidade e as mortes por Covid-19 notificadas é maior na América Latina e no Caribe do que em outras regiões (figura 1). Essa conclusão pode parecer prejudicada pela disponibilidade limitada de dados de mortalidade nos países mais pobres, incluindo a maior parte do continente africano. No entanto, o Egito e a África do Sul compilam informações sobre mortes anuais e, em nenhum dos casos, o excedente de mortalidade é substancialmente diferente do número oficial de mortes por Covid-19.

**Figura 1. A mortalidade foi muitas vezes mais elevada do que as mortes por Covid-19 sugerem**

Uma simples análise de regressão, ligando o indicador de excedente de mortalidade às mortes por Covid-19 oficialmente notificadas, confirma que o número de mortes ocorridas na região foi desproporcionalmente alto. A análise mostra que, na América Latina e no Caribe, uma morte por Covid-19 oficialmente notificada está associada a 1,85 morte adicional em relação a um ano “normal”. Esse número é significativamente mais alto do que 1,27 morte adicional estimada para países fora da região.

No entanto, há também uma heterogeneidade considerável, com países da América Latina e do Caribe abrangendo todo o espectro. Por exemplo, em 2020, o excedente de mortalidade foi negativo na Costa Rica e substancialmente também no Uruguai. Mas foi quase três vezes maior que a mortalidade por Covid-19 notificada na sub-região andina. Entre esses extremos, o excedente de mortalidade ficou próximo do número oficial de mortes pela pandemia em países como Brasil e Chile.

O enfoque no excedente de mortalidade oferece uma perspectiva diferente sobre o impacto da pandemia na região. Alguns países podem apresentar taxas de mortalidade similares com base nos números da Covid-19 oficialmente notificados, mas números de mortes substancialmente diferentes com base no excedente de mortalidade. Em geral, os dados sobre excedente de mortalidade sugerem que os países da sub-região andina foram os mais gravemente afetados pela pandemia.
Figura 2. Perfis de tempo muito diferentes entre países

Fonte: Agências nacionais de estatísticas.

Figura 3. Impactos espaciais muito diferentes entre países

Nota: A pontuação "p" é o índice entre o excedente de mortalidade em 2020 em relação à mortalidade média em até cinco anos anteriores. Fonte: Agências nacionais de estatísticas.
O foco no excedente de mortalidade oferece informações valiosas sobre como a crise da Covid-19 atingiu os países em 2020. Alguns enfrentaram picos dramáticos no número de mortes, seguidos por um retorno à quase normalidade. Outros registraram aumentos de mortalidade mais moderados, mas também mais duradouros (figura 2). Existem também disparidades consideráveis na distribuição do número de mortes por Covid-19 nas unidades subnacionais. No Chile, por exemplo, o impacto mais grave ocorreu em localidades altamente conectadas, como Antofagasta, Arica e Santiago. Em outros países, por outro lado, o aumento da mortalidade afetou um número muito amplo de jurisdições (figura 3). No entanto, esses padrões temporais e espaciais podem ter mudado consideravelmente em 2021, devido ao surgimento de novas variantes do vírus e ao aparecimento de novas ondas de contágio.

### Custos econômicos e sociais substanciais

O número de mortes é apenas uma das consequências dramáticas da pandemia da Covid-19, sendo a outra, obviamente, seu impacto sobre a atividade econômica e as consequências sociais. O aspecto mais visível desse outro impacto é a queda do PIB. Para o mundo como um todo, a queda em 2020 é estimada em 4,3%, muito mais do que o declínio de 1,7% em 2009, após a crise financeira global. A queda também foi dramática para todas as regiões em desenvolvimento, com exceção do Leste da Ásia e Pacífico. Na Américas e no Caribe, estima-se que o PIB agregado tenha caído surpreendentemente 6,7% (figura 4).

Dado o lento crescimento econômico que tem caracterizado a região desde o fim do supercílio dos preços das commodities, essa queda do PIB descarta o equivalente a 6,7 anos de progresso com apenas um golpe. O impacto sobe para perda de 9,6 anos, se considerarmos o PIB per capita. Portanto, a pandemia totalizou uma década perdida em apenas um grande choque.


Para todos os outros países da região, as taxas de crescimento do PIB foram negativas em 2020, em alguns casos de forma dramática. Os países mais afetados foram os do Caribe, uma sub-região cuja atividade econômica depende crucialmente do turismo. Juntamente com o entretenimento e cuidados pessoais, o turismo foi o setor mais afetado pela crise da Covid-19 (figura 5).

O excedente de mortalidade e a queda nas taxas de crescimento do PIB podem ser combinados para produzir um indicador resumido do impacto da pandemia -- e das medidas adotadas para responder a ela -- em cada país. Este indicador resumido mostra uma dispersão dramática de resultados em todo o mundo.

Em uma extremidade, Taiwan (China) quase não apresentou excedente de mortalidade, mas registrou uma queda no crescimento do PIB de cerca de 2 pontos percentuais. Na outra extremidade, o Peru perdeu cerca de 0,3% de sua população, e sua taxa de crescimento do PIB caiu 13,3 pontos percentuais. Os países da América Latina e do Caribe abrangem toda a extensão de resultados. Os países com pior desempenho nas frentes de saúde e econômica, globalmente, são os da sub-região andina (figura 6).

Superficialmente, o excedente de mortalidade está correlacionado à queda do PIB, sugerindo que não há compen-
sação entre custos de saúde e custos econômicos. Em todos os países, um menor número de mortes está de fato
associado a um menor custo econômico. No entanto, correlação não é causa. Os países são diferentes em uma
série de características econômicas, sociais e institucionais. A existência ou não de uma compensação é analisada
de forma mais significativa em países que são fundamentalmente semelhantes.
Por exemplo, pode-se argumentar que Japão, Coreia e Noruega são países com capacidade institucional relativamente alta. Nesse grupo relativamente homogêneo, um maior excedente de mortalidade foi associado a uma menor queda no crescimento do PIB. Um padrão semelhante surge quando se considera conjuntos de países que têm mais características comuns entre si do que com outros.

Esses exemplos sugerem que existe uma compensação e que os formuladores de políticas foram confrontados com a necessidade de encontrar um equilíbrio entre dois pontos negativos difíceis. Uma análise mais rigorosa das séries temporais, apresentada na edição anterior desta série de relatórios, mostra que as medidas de contenção levam, nas semanas seguintes, a um avanço mais lento da epidemia e a um nível mais baixo de atividade econômica. Mas ambos os impactos também se mostraram menores, em termos absolutos, nos países mais pobres, o que implica que as compensações enfrentadas pelos formuladores de políticas não são as mesmas em todo o mundo (Rama et al. 2021).

A queda nas taxas de crescimento do PIB associada à pandemia não dá a medida exata de seu custo social. A taxa de desemprego pode ser uma medida mais reveladora das dificuldades criadas pelo surto da Covid-19 e pelas medidas políticas adotadas para responder à crise.

As taxas de desemprego permaneceram extraordinariamente inalteradas por muitos meses, mas essa estabilidade é potencialmente enganosa. A queda na atividade econômica reduziu a demanda por mão-de-obra, mas medidas de lockdown e ordens de permanência em casa também reduziram a oferta de mão-de-obra. Durante algum tempo, essas duas mudanças se equilibraram de certa forma, e não houve muita alteração nas taxas de desemprego. No entanto, à medida que o apoio popular às medidas de contenção diminuiu e as transferências de renda foram reduzidas, voltou a surgir oferta por mão de obra. Como resultado, as taxas de desemprego melhoraram rapidamente em toda a região. Agora elas estão retornando gradualmente aos níveis anteriores à crise da Covid-19, o que é animador (figura 7).

**Figura 7. Um aumento temporário, mas acentuado, das taxas de desemprego**

![Diagrama de linhas com dados de taxa de desemprego de vários países, mostrando uma tendência ascendente durante o segundo semestre de 2020, seguida de uma queda gradual nos primeiros meses de 2021.](#)

Fonte: Ilostat (indicadores nacionais).

Outra medida do impacto social da crise da Covid-19 é fornecida pela taxa de pobreza, que indica a fração da população cujo padrão de vida caiu abaixo de um determinado limite. No caso da América Latina e do Caribe, o limite costuma ser de US$5,50 por pessoa, por dia. Este número é medido em termos de preços de Paridade do Poder de Compra (PPC) para contabilizar as diferenças no custo de vida entre os países.

As taxas de pobreza na América Latina e no Caribe podem não ter aumentado da forma que se temia inicialmente, em grande parte devido aos grandes programas de transferência de renda adotados por muitos países da região, e especialmente no Brasil. Mas, mesmo assim, elas aumentaram consideravelmente em alguns países.
Quadro 1. O impacto da crise da Covid-19 sobre a pobreza na região

Estimar o impacto de uma crise econômica sobre a pobreza é sempre um desafio. As abordagens padronizadas para a medição da pobreza dependem fortemente de pesquisas domiciliares e demoram para serem levadas a campo, processadas e analisadas. A incerteza é amplificada no caso da crise da Covid-19, pois a realização de entrevistas pessoais é incompatível com o distanciamento social. Pesquisas por telefone são uma alternativa, mas seus resultados podem não ser diretamente comparáveis às estimativas de pobreza anteriores.

O impacto real da pandemia sobre os padrões de vida também pode ser mais diversificado agora do que em crises anteriores. Por exemplo, duas famílias que trabalham no setor de serviços podem ter desempenhos muito diferentes, a depender se suas atividades são consideradas essenciais ou não. A característica de rápida evolução dos programas de transferência de renda adotados em resposta à crise também torna difícil determinar o nível de apoio que cada família pode ter recebido durante o ano.

Uma forma justificável de tratar desses desafios de medição é realizar microssimulações, o que envolve o uso de dados de pesquisas domiciliares previamente disponíveis e o ajuste de cada observação individual com base em informações agregadas ou setoriais relevantes para o caso. Uma vez que os ajustes correspondentes sejam feitos, a taxa de pobreza é estimada como a proporção de famílias cuja renda ajustada fica abaixo da linha de pobreza selecionada - por exemplo, US$ 5,50 por pessoa por dia a preços PPP (paridade do poder de compra).

Microssimulações desse tipo foram realizadas para a América Latina e o Caribe no contexto da crise da Covid-19. Foram considerados três canais através dos quais famílias poderiam ser afetadas individualmente: a probabilidade de perda de emprego, a variação nos rendimentos do trabalho se estiverem empregadas e a variação em outros rendimentos. A magnitude das duas primeiras depende essencialmente do setor em que a família trabalha. A terceira varia com as remessas recebidas pelo país e com o direito da família a ser beneficiada pelos programas de transferência de renda adotados em resposta à crise.

Com base nessas microssimulações, a proporção de famílias que vivem com menos de US$ 5,50 por pessoa por dia conforme os preços PPP teria aumentado de 22,0% em 2019 para 26,5% em 2020, não fossem as medidas de emergência adotadas em resposta à crise. Levando essas medidas em consideração, em 2020, a taxa de pobreza da região pode ter caído para 21,9%.

O outro lado desse sucesso notável é a expansão do grupo vulnerável de famílias cujos padrões de vida estão logo acima da linha da pobreza. Pelas métricas utilizadas na América Latina e no Caribe, esse grupo compreende famílias cuja renda diária por pessoa varia de US$ 5,50 a US$ 13 em termos de PPC. Considerando todos os fatores, a parcela das pessoas vulneráveis pode ter aumentado de 36,9% da população em 2019 para 38,5% em 2020.

Os números absolutos são mais reveladores do que as porcentagens. Na falta de medidas de mitigação, a crise da Covid-19 teria aumentado o número de pobres na América Latina e no Caribe em 28 milhões em comparação a 2019. Mas, considerando-se todos os aspectos, o número pode ter diminuído em 1 milhão. O generoso programa de transferência de renda do Brasil é responsável por quase metade dessa redução.

No entanto, a conclusão desta análise não é que a crise da Covid-19 seria irrelevante do ponto de vista da pobreza. O impacto aparentemente silencioso esconde uma heterogeneidade substancial nos países e entre eles. Para a região, as microssimulações sugerem que 20 milhões de pessoas podem ter caído na pobreza em 2020, enquanto 21 milhões podem ter escapado dela.

Mais de três quartos dos que estão ascendendo são do Brasil. Também houve uma pequena redução da pobreza no Chile, na República Dominicana e no Paraguai. Todos os outros países da região registraram um aumento. Peru, Bolívia, Honduras e México estão entre os mais afetados.

Fonte: Banco Mundial (2021d).
Acontecimentos econômicos recentes

Ao contrário de outras crises econômicas, que normalmente são desencadeadas por uma queda na demanda agregada ou por uma crise financeira, a crise da Covid-19 começou com um choque de oferta. Como as pessoas temiam o contágio, a mobilidade individual começou a declinar antes mesmo de as medidas de contenção serem oficialmente adotadas. Mas a mobilidade diminuiu ainda mais quando ordens de permanência em casa, de fechamento de empresas e até mesmo toque de recolher foram impostas (Glaeser et al. 2020, Banco Mundial 2020b). Dado que nem todo trabalho pode ser realizado remotamente, o fato de não ir trabalhar resultou em uma queda acentuada da atividade econômica.

Figura 8. Colapso nas viagens aéreas globais

Uma das quedas mais drásticas de mobilidade foi registrada nas viagens aéreas. No final de março de 2020, o número de voos diários diminuiu e jamais se recuperou totalmente desde então (figura 8). O comércio foi afetado, visto que mesmo os voos comerciais costumam transportar cargas. Mas o impacto mais forte foi sobre o turismo, que, junto com a hospitalidade e os serviços de cuidados pessoais, ficou entre os setores econômicos mais gravemente atingidos. Vários países do Caribe dependem fortemente do turismo e, portanto, sofreram desproporcionalmente com esse choque.

Embora o transporte de passageiros ainda esteja reduzido, o comércio de mercadorias foi afetado em uma escala muito menor. Protocolos de segurança foram rapidamente adotados para o transporte por caminhões e remessas transnacionais, resultando em interrupção apenas temporária no comércio internacional.

Uma mudança na composição do comércio internacional também está em andamento. Apesar das tensões comerciais dos últimos anos, a China viu sua participação no comércio global de mercadorias aumentar de 14,5% em dezembro de 2019 para 21,5% em junho de 2020. Sua contenção efetiva da pandemia permitiu que suas fábricas retomassem o trabalho mais cedo do que em outros lugares. Enquanto isso, a demanda global por bens se recuperou rapidamente, começando com máscaras e equipamentos de proteção e expandindo-se rapidamente para equipamentos de escrânio, sistemas de entretenimento doméstico e roupas de ginástica para trabalhar, relaxar e se exercitar em casa (The Wall Street Journal, 2021).
Essa ascensão da China no comércio internacional é importante para os países da América Latina e do Caribe especializados em agricultura e mineração. Não é de se surpreender que as exportações mensais tenham permanecido relativamente estáveis na Argentina e no Brasil. Elas chegaram a cair substancialmente no México, mas já estão totalmente recuperadas. As importações mensais também estão aumentando nas três maiores economias da região, embora em ritmos diferentes. No entanto, o comércio internacional diminuiu em outros países da América Latina e do Caribe (figura 9).

Figura 9. O comércio de mercadorias manteve-se relativamente forte nos países maiores

Figura 10. Os mercados de ações estão otimistas em geral

Fonte: Haver Analytics.
Talvez o mais surpreendente, em um contexto de crise, seja o sólido desempenho de muitos mercados de ações da região. Depois de uma queda acentuada no início da pandemia, os preços das ações em geral se recuperaram e atualmente elas estão sendo frequentemente negociadas a preços mais altos do que antes do início da crise. A venda inicial foi associada a enormes saídas de capital, em março e abril de 2020, quando se temia que a maioria dos países em desenvolvimento perderia acesso aos mercados financeiros. Mas a oferta abundante de liquidez nas economias avançadas e a manutenção das taxas de juros próximas a zero restauraram a sensação de confiança entre os investidores. No mínimo, as avaliações de mercado atualmente otimistas parecem estar um tanto desconectadas do desempenho sombrio da economia real na maior parte da região (figura 10).

Um ambiente externo mais favorável

A boa situação dos mercados de ações domésticos não foi a única notícia inesperada para a América Latina e o Caribe. Três outros acontecimentos internacionais desafiaram de alguma forma as probabilidades e amorteceram o que poderia ter sido uma crise econômica ainda mais severa. Essas surpresas positivas estão relacionadas aos preços das commodities, às remessas e aos fluxos financeiros.

Os preços das commodities caíram drasticamente no início da pandemia, à medida que a atividade econômica despencava em todo o mundo e a logística comercial era interrompida. As quedas foram particularmente fortes no caso de petróleo e gás, de 60% entre janeiro e abril de 2020, porém menores, mas ainda perceptíveis, para a maioria dos produtos agrícolas e metais. No entanto, no momento os preços do petróleo e do gás se recuperaram totalmente, enquanto outras commodities estão sendo negociadas a preços mais altos do que antes da pandemia, em alguns casos por uma margem significativa (figura 11).


As remessas também se mantiveram muito melhor do que o previsto. No início da pandemia, esperava-se uma queda de 19,3% em 2020, em comparação ao ano anterior (Banco Mundial, 2020a). Mas, um ano depois, elas aumentaram em sua maioria, às vezes de forma significativa (figura 12).

As remessas são especialmente importantes para sustentar o padrão de vida em países como Haiti, Jamaica, Honduras e El Salvador, onde elas representam uma parcela significativa do PIB. A boa situação desses países, juntamente com as transferências de renda oferecidas por muitos países da região, podem ter contribuído para aliviar o impacto da crise na pobreza.

As perspectivas para 2021 continuam animadoras. Uma grande parcela das remessas para a América Latina e o Caribe tem origem nos Estados Unidos, onde o crescimento econômico deve ser excepcionalmente forte, em linha com uma recuperação em forma de V. O novo pacote de estímulos adotado pelo governo dos Estados Unidos também poderá, mais uma vez, beneficiar os migrantes da região. Tudo isso é um bom sinal para as famílias da região, cujo padrão de vida depende crucialmente do apoio de seus familiares no exterior.

**Figura 12. Contrariando as previsões, as remessas, de um modo geral, aumentaram**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Colômbia</th>
<th>República Dominicana</th>
<th>El Salvador</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Guatemala</td>
<td>Honduras</td>
<td>México</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Fonte: Bancos centrais dos países

Por último, mas não menos importante, o acesso aos mercados de capitais foi preservado de modo geral. No início da pandemia, os prêmios de risco-país subiram várias centenas de pontos-base, sem muita diferenciação entre os países. Mas os investidores ficaram gradualmente menos preocupados, e os prêmios de risco voltaram aos poucos aos níveis anteriores à crise. Nem é preciso dizer que países como Argentina e Equador continuam isolados dos mercados internacionais, mas isso se deve a crises econômicas anteriores à pandemia. Os prêmios de risco nesses dois países permanecem proibitivos, mas diminuíram em linha com aqueles da maior parte da região. Na outra ponta, tanto Peru quanto Chile podem emitir dívida em países com juros extremamente baixos (figura 13).
Figura 13. O acesso aos mercados de capitais foi preservado

Vamos ter de aguardar para ver se os mercados serão tão lenientes no futuro. Muito dependerá da continuidade de uma política monetária menos restritiva nas economias avançadas. Também será importante observar se os mercados diferenciarão ainda mais suas percepções sobre a capacidade de crédito dos países da região. Por enquanto, não há indícios de que o acesso aos mercados financeiros esteja se tornando mais restrito.

Uma postura política de apoio

A maioria dos países da América Latina e do Caribe adotou pacotes de estímulo generosos, apesar do fato de vários deles terem espaço fiscal limitado. O déficit fiscal médio na região em 2020 estava acima de 8% do PIB. O déficit brasileiro chegou a 13.7% do PIB, contra a expectativa geral de uma postura fiscal mais rígida sob o atual governo. Vários outros países da Bacia do Caribe também alcançaram cifras de dois dígitos. Entre as grandes economias da região, apenas o México teve uma política fiscal relativamente restritiva (figura 14).

Figura 14. Déficits fiscais consideráveis apesar do espaço fiscal limitado

Fonte: Banco Mundial
Expressivos déficits fiscais foram parcialmente financiados pela emissão de dívida interna. No entanto, os países da América Latina e do Caribe também aproveitaram a leniência dos mercados de capitais internacionais para emitir mais títulos públicos no exterior em 2020 do que em 2019. Ao contrário do que se esperava, a taxa média de juros também foi menor. O Peru chegou a emitir um título com vencimento de 100 anos em meio a uma crise política que viu a posse de três presidentes em apenas uma semana (figura 15).

**Figura 15. Grandes emissões de títulos de dívida pública a taxas de juros relativamente baixas**

Houve também flexibilização da política monetária em toda a região para aliviar o choque econômico. Vários países da América Latina e do Caribe têm um regime de metas de inflação em vigor. Isso significa que as autoridades ajustam a taxa básica de juros sob seu controle para cima ou para baixo, dependendo da aceleração ou desaceleração da inflação. Todos os países desse grupo -- exceto a Jamaica -- reduziram as taxas de suas principais políticas nas semanas e meses que se seguiram ao surto da Covid-19. Mais recentemente, no entanto, o Brasil elevou a taxa básica de juros devido ao aumento nas expectativas de inflação (figura 16).
Figura 16. Política monetária acomodativa
Países com metas de inflação

Os demais países da região conduzem sua política monetária exercendo influência sobre a velocidade de aumento da base monetária. O tamanho da base monetária está intimamente atrelada ao volume de crédito bancário disponível para a economia. Essa dimensão tem crescido continuamente nos últimos meses na maioria dos países deste grupo, em nítido contraste com a queda inquestionável da atividade econômica durante o mesmo período. O crescimento da base monetária foi mais moderado na Costa Rica, país que atualmente tenta estabilizar sua economia. Ele foi mais rápido na Argentina, onde as dificuldades de emissão de dívida pública levaram o governo a monetizar o déficit fiscal.

Outras medidas de apoio à atividade econômica durante a crise visaram o setor financeiro. Muitas empresas estão enfrentando um colapso nas receitas e dificuldade de cumprir suas obrigações perante fornecedores e bancos. O estresse da dívida pode, por sua vez, se tornar uma fonte de risco para o setor financeiro, e uma crise bancária é a última coisa de que se precisa no meio da atual recessão. Para conter esse risco, os governos da região adotaram uma série de medidas de apoio, desde acesso a crédito e garantias de empréstimos a pacotes de tolerância dos órgãos reguladores e ajustes na classificação de empréstimos (figura 17).
Medidas desse tipo permitem que as instituições financeiras melhorem seu provisionamento e reestruturem os empréstimos em mora. Entretanto, as consequências dessas medidas precisam ser observadas de perto, pois a deterioração na qualidade das carteiras de crédito poderia ser ofuscada por medidas de tolerância e moratória de pagamentos. Cientes dos riscos, os países da região aprimoraram o monitoramento de seus sistemas bancários. No México, as medidas de tolerância dos órgãos reguladores já atingiram a data limite estabelecida em suas cláusulas de caducidade (sunset clauses), e a avaliação até o momento é positiva. Ainda é muito cedo para concluir que os setores financeiros da região emergiram incólumes da crise (Banco Mundial, 2021b).
2. O cenário no curto prazo
Prever o crescimento econômico na América Latina e no Caribe em 2021 é desafiador porque depende muito de como a pandemia evoluirá nos próximos meses. O desenvolvimento de vacinas eficazes e seguras em apenas um ano, desde o primeiro surto da Covid-19, é uma realização científica sem precedentes. Mas a produção de vacinas na escala necessária para acabar com a pandemia é um desafio. Com doses escassas e capacidade limitada, a vacinação é lenta na maior parte da região, indicando que a imunidade coletiva talvez não seja alcançada antes do final do ano calendário, no mínimo. A eficácia da vacina contra as novas variantes do vírus também ainda não está clara.

Enquanto isso, nem todas as medidas de contenção adotadas pelos governos para retardar o avanço do contágio têm se mostrado eficazes, como mostra o número desproporcional de mortes na região. Entre os países, transferências de renda, testagem em larga escala, monitoramento ativo e restrições a viagens internacionais estão claramente associados a menos mortes; outras medidas restritivas, um pouco menos. À medida que emergem outras variantes do vírus, novas ondas com altos custos não podem ser descartadas. E tudo isso agrega incerteza a qualquer previsão econômica. É seguro supor que haverá uma importante recuperação econômica no ano que se inicia, mas as previsões atuais indicam que a América Latina e o Caribe não anularão as perdas econômicas de 2020 neste ano.

A pandemia também é de alguma forma uma fonte de incerteza. Como a crise da Covid-19 é sem precedentes, em sua combinação de choques para agregar demanda e oferta de mão de obra, os modelos macroeconômicos padrão talvez não tenham um desempenho tão bom quanto em circunstâncias normais. Atualmente, inúmeras análises econômicas vêm utilizando big data de plataformas eletrônicas e imagens de satélite para avaliar a evolução econômica em tempo real.

Ao longo de suas últimas duas edições, esta série de relatórios se baseou em emissões de dióxido de nitrogênio (NO₂), um gás gerado por combustão, como um indicador da atividade econômica. Com ajustes adequados, as imagens diárias de satélite que medem a concentração de NO₂ em cada localidade permitem estimar o crescimento econômico com alta frequência e granularidade. Essa abordagem mostra claramente que a atividade econômica inicialmente entrou em colapso em todo o mundo. Mas começou a se recuperar no Leste da Ásia em meados de 2020 e, com exceção da Europa, a maioria das regiões -- incluindo a América Latina e o Caribe -- já retornou aos níveis pré-pandemia no início de 2021.

**A pandemia não acabou**

À medida que os governos começaram a adotar ordens para permanência em casa e impor lockdowns, muitos cidadãos se perguntaram quantas semanas seriam necessárias para retornar à normalidade. Mais de um ano se passou desde então, e as medidas de contenção mais rigorosas em geral foram flexibilizadas. Mas a normalidade total ainda parece muito distante. A luta contra a Covid-19 começou com o espírito de uma corrida; porém, aos poucos se transformou em uma maratona, cuja linha de chegada continua cada vez mais distante e obstinadamente indefinida.

A disponibilidade de vacinas traz muita esperança de que o fim da crise esteja próximo. O desenvolvimento de várias vacinas eficazes e seguras em questão de meses foi uma das maiores realizações científicas de todos os tempos. Medidas para apoiar a pesquisa necessária e aumentar as capacidades de produção têm sido o ponto alto da resposta das políticas públicas à pandemia. Compromissos de compra antecipada de vacinas por governos nacionais, bem como pelo consórcio internacional Covax, juntamente com concessões públicas e apoio logístico para empresas farmacêuticas selecionadas, são parte integrante deste sucesso extraordinário.
Infelizmente, a disponibilização das vacinas não foi tão notável quanto seu desenvolvimento. Alguns países, a maioria de economias avançadas, tentaram ativamente fazer acordos com as empresas farmacêuticas antes mesmo de obterem a aprovação regulatória para suas vacinas, ou antes mesmo de testá-las em escala suficientemente expressiva. Graças a esses acordos, eles garantiram doses suficientes para vacinar uma grande parte de sua população. Na América Latina e no Caribe, o Chile se destaca como um dos campeões globais dessa abordagem. Outros países, assim como o consórcio internacional Covax, foram mais lentos.

Como resultado da distribuição aleatória das vacinas, a maioria dos países em desenvolvimento está enfrentando uma penosa escassez de doses (Horwitz e Zissis, 2021). O tipo de vacina usado também varia consideravelmente entre os países, algumas tendo sido aprovadas por autoridades regulatórias rigorosas em nível internacional ou em economias avançadas, e outras apenas por alguns países em desenvolvimento (figura 18). Entre os países com capacidade de produção, as vacinas passaram a fazer parte de políticas nacionalistas em alguns casos, e da diplomacia ativa, em outros.

Independentemente do número de vacinas disponíveis, sua distribuição para a população também se mostrou desafiadora. Alguns países estão agindo com rapidez e, mais uma vez, o Chile se destaca nesse aspecto (mapa 2). Outros, incluindo economias avançadas, enfrentaram contratempos embaraçosos. Em vários países da América Latina e do Caribe, ocorreu o acesso não autorizado a vacinas por altos funcionários do governo, suas famílias e outros membros da elite local. Esses episódios minaram a confiança no governo e, ocasionalmente, desencadearam crises políticas.

Figura 18. Tipos de vacinas administradas por país

No atual ritmo de vacinação, alguns países podem alcançar a imunidade coletiva no segundo semestre de 2021. Mas para muitos outros, incluindo a maior parte da América Latina e do Caribe, essa é uma perspectiva apenas para 2022, se não 2023. Claro está que a pandemia pode desaparecer por conta própria, como aconteceu com a gripe espanhola há um século, em uma época em que não havia vacinas e os sistemas de saúde eram, na melhor das
hipóteses, precários. No entanto, dado o surgimento de novas variantes, um cenário em que a Covid-19 se torna uma doença endêmica semelhante à gripe sazonal, exigindo novas campanhas de vacinação a cada ano, também não pode ser descartado. Em qualquer caso, 2021 está prestes a se tornar o segundo ano da pandemia, e pode não ser o último.

Embora a recuperação econômica da crise causada pela Covid-19 possa muito bem ser em forma de V, o retorno total ao nível de atividade de 2019 será difícil, à medida que os riscos à saúde continuem altos. Mesmo se os governos não impusessem novas medidas de lockdown, algum grau de distanciamento social voluntário permaneceria, afetando as viagens aéreas, o turismo e muitas outras interações interpessoais.

Mapa 2. As vacinas são muito promissoras, mas a vacinação é lenta
Doses Acumuladas (por centenas de pessoas)

Se os governos se sentiram mais uma vez compelidos a intervir para desacelerar a disseminação da doença, não está claro se eles seriam muito mais eficazes do que durante o primeiro ano da Covid-19. Embora tenha havido um enorme progresso em relação às vacinas, a eficácia das intervenções não farmacêuticas não é tão alta quanto se poderia esperar.

Uma simples análise de correlação para o ano de 2020 oferece um discurso de advertência a esse respeito. A Universidade de Oxford compila diariamente indicadores sobre a resposta política à crise da Covid-19 para um número considerável de países. Os indicadores referem-se ao fechamento de escolas e locais de trabalho, cancelamento de eventos públicos, ordens de permanência em casa, protetores faciais obrigatórios, proibições de viagens e medidas semelhantes. O rigor das respostas de políticas públicas em cada uma dessas frentes pode ser medido pelo número de dias durante os quais elas estiveram em vigor em 2020. E essas medidas rigorosas podem, por sua vez, ser correlacionadas ao excedente de mortalidade registrado pelos países em 2020 e à respectiva queda do PIB em relação ao previsto no início do ano (tabela 1).

Ao interpretar esses resultados, é importante enfatizar que a correlação entre pares, por definição, ignora a contribuição de outros fatores relevantes - como idade e densidade populacional - bem como quaisquer possíveis complementaridades entre as medidas de contenção. Além disso, correlação não é causalidade. É bem possível que as medidas restritivas tenham sido a resposta a um aumento no número de mortes por Covid-19, e não um fator que contribuiu para ele. Essa potencial causalidade reversa implica que os coeficientes de correlação superestimam o impacto das medidas de contenção. Dado esse possível viés para cima das estimativas, as barras azuis “reais” podem ser menores do que o notificado, enquanto as barras vermelhas podem ser ainda mais negativas.

NT: Vaccine doses administered (per hundred people as of 3/18/2021) = Doses de vacina aplicadas (por centenas de pessoas em 18/03/2021)
Fonte: Our World in Data

Se os governos se sentiram mais uma vez compelidos a intervir para desacelerar a disseminação da doença, não está claro se eles seriam muito mais eficazes do que durante o primeiro ano da Covid-19. Embora tenha havido um enorme progresso em relação às vacinas, a eficácia das intervenções não farmacêuticas não é tão alta quanto se poderia esperar.

Uma simples análise de correlação para o ano de 2020 oferece um discurso de advertência a esse respeito. A Universidade de Oxford compila diariamente indicadores sobre a resposta política à crise da Covid-19 para um número considerável de países. Os indicadores referem-se ao fechamento de escolas e locais de trabalho, cancelamento de eventos públicos, ordens de permanência em casa, protetores faciais obrigatórios, proibições de viagens e medidas semelhantes. O rigor das respostas de políticas públicas em cada uma dessas frentes pode ser medido pelo número de dias durante os quais elas estiveram em vigor em 2020. E essas medidas rigorosas podem, por sua vez, ser correlacionadas ao excedente de mortalidade registrado pelos países em 2020 e à respectiva queda do PIB em relação ao previsto no início do ano (tabela 1).

Ao interpretar esses resultados, é importante enfatizar que a correlação entre pares, por definição, ignora a contribuição de outros fatores relevantes - como idade e densidade populacional - bem como quaisquer possíveis complementaridades entre as medidas de contenção. Além disso, correlação não é causalidade. É bem possível que as medidas restritivas tenham sido a resposta a um aumento no número de mortes por Covid-19, e não um fator que contribuiu para ele. Essa potencial causalidade reversa implica que os coeficientes de correlação superestimam o impacto das medidas de contenção. Dado esse possível viés para cima das estimativas, as barras azuis “reais” podem ser menores do que o notificado, enquanto as barras vermelhas podem ser ainda mais negativas.
Essa análise simples mostra que, em todo o mundo, as medidas de apoio à renda e a assistência direta às empresas têm sido associadas a um menor excedente de mortalidade, uma constatação que é consistente com uma maior capacidade de praticar o distanciamento social, quando o impacto na renda familiar não é devastador. Intervenções relacionadas à saúde, incluindo campanhas de informação ao público, rastreamento de contatos e, especialmente, testagem, também foram associadas a um menor excedente de mortalidade. Para os países da América Latina e do Caribe, as correlações são relativamente expressivas no caso de políticas econômicas de apoio ao emprego e à renda, testagem e, cada vez mais, vacinação.

Tabela 1. As medidas de contenção foram apenas parcialmente eficazes

<table>
<thead>
<tr>
<th>Políticas de contenção e fechamento</th>
<th>Todos os países</th>
<th>América Latina e Caribe</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Excedente</td>
<td>Custo económico</td>
</tr>
<tr>
<td>Fechamento de escolas</td>
<td>0,30</td>
<td>0,22</td>
</tr>
<tr>
<td>Fechamento de locais de trabalho</td>
<td>0,31</td>
<td>0,23</td>
</tr>
<tr>
<td>Cancelamento de eventos públicos</td>
<td>0,22</td>
<td>0,20</td>
</tr>
<tr>
<td>Restrições para encontros</td>
<td>0,33</td>
<td>0,21</td>
</tr>
<tr>
<td>Interrupção do transporte público</td>
<td>0,18</td>
<td>0,14</td>
</tr>
<tr>
<td>Ordens para ficar em casa</td>
<td>0,34</td>
<td>0,30</td>
</tr>
<tr>
<td>Restrições quanto ao movimento interno</td>
<td>0,24</td>
<td>0,19</td>
</tr>
<tr>
<td>Controles de viagens internacionais</td>
<td>-0,06</td>
<td>0,14</td>
</tr>
</tbody>
</table>

| Políticas econômicas                |                       |
|                                    | Todos os países | América Latina e Caribe |
|                                    | Excedente | Custo económico | Excedente | Custo económico |
| Apoio à renda                       | -0,05     | 0,18              | -0,09      | -0,06           |
| Alívio do contrato da dívida        | -0,11     | 0,23              | -0,16      | 0,22            |

| Políticas do sistema de saúde       |                       |
|                                    | Todos os países | América Latina e Caribe |
|                                    | Excedente | Custo económico | Excedente | Custo económico |
| Campanhas públicas de informação    | -0,06     | 0,19              | -0,01      | 0,25            |
| Política de testagem                | -0,19     | 0,15              | -0,27      | 0,24            |
| Rastreamento do contacto            | -0,14     | 0,09              | 0,06       | 0,13            |
| Proteção facial                     | 0,32      | 0,18              | 0,39       | 0,26            |
| Política de vacinação               | 0,03      | 0,01              | -0,10      | -0,16           |

Nota: Os números são coeficientes de correlação não ponderados entre os países.
Fonte: Agências nacionais de estatísticas para excedentes de mortalidade, Hale et al. (2020) para medidas de contenção e Banco Mundial para custo econômico.

Por outro lado, medidas como fechamento de escolas e locais de trabalho, ordens de permanência em casa e restrições a aglomerações estão correlacionadas com maior excedente de mortalidade. Novamente, isso é apenas uma associação estatística, não evidência de uma relação causal. Devido à potencial causalidade reversa, as barras azuis podem ser menores do que aquelas mostradas, incluindo possivelmente negativas.
Portanto, esta análise simples não implica que as respostas políticas adotadas pelos países da América Latina e do Caribe sejam responsáveis pelo número de mortes fora do comum ocorridas na região. Em economias avançadas, as medidas de contenção reduziram a mortalidade por Covid-19 (Amuedo-Dorantes et al. 2020). Entretanto, o cumprimento dessas medidas varia com a confiança e o capital cívico (Bargain e Aminjonov 2020, Barrios et al. 2021). E, conforme mencionado, há evidências de que quarentenas foram mais eficazes na redução do número de mortes nos países mais ricos do que nos mais pobres (Rama et al. 2021)

A variação no tamanho das barras entre grupos de países ou é sugestiva neste sentido. Por exemplo, a correlação positiva entre políticas de lockdown e excedente de mortalidade parece ser mais forte na América Latina e no Caribe do que em nível global. Qualquer que seja a verdadeira eficácia dessas medidas para limitar o número de mortes, ela pode ter sido menor na região do que em outros lugares. O tamanho das barras também pode ser comparado com as medidas de contenção individuais. Deste ponto de vista, as restrições às viagens internacionais estão mais associadas às quedas no excedente de mortalidade.

Conforme os países da região entram no segundo ano da pandemia, é possível que seus governos tenham em mente que medidas de apoio à renda, campanhas de informação ao público, campanhas de testagem e vacinação e restrições a viagens internacionais tenham feito a diferença, enquanto outras medidas mais drásticas podem ser menos eficazes neste sentido. Dado que a maioria das medidas de contenção estava associada a custos econômicos mais altos, daqui para frente será importante focar naquelas que pelo menos parecem ter funcionado.

**Perspectivas de crescimento na região e no mundo**

A incerteza sobre a forma como a pandemia se desenvolverá em 2021 e no futuro torna qualquer exercício de previsão de crescimento particularmente difícil. O impacto muito diverso das medidas de contenção que os governos podem adotar no caso de novos surtos somente pode ampliar essas incertezas. Enquanto isso, os modelos macroeconômicos nos quais as previsões se baseiam imitam a dinâmica observada em tempos “normais”, quando não havia choques de oferta como aqueles criados pelo distanciamento social. Por todos esses motivos, as afirmações sobre perspectivas -- inclusive aquelas contidas neste relatório -- devem ser interpretadas com cautela.

Com esta ressalva em mente, o quadro mais amplo que surge a partir dos exercícios de previsão é que a queda da atividade econômica em 2020 foi maior do que o previsto anteriormente, mas a velocidade da recuperação em 2021 poderia ser mais rápida. A avaliação geral permanece de uma trajetória econômica em forma de V, mas a seção descendente do V agora é ainda mais pronunciada do que se temia, enquanto a seção ascendente é mais ingreme do que inicialmente prevista.

A última estimativa de crescimento do PIB para a América Latina e o Caribe em 2020 é de -6,7%, contra uma previsão de -4,6% um ano atrás e -7,9% há seis meses. Por outro lado, a previsão de crescimento do PIB na região em 2021 é atualmente de 4,4%, bem abaixo dos ganhos de 2,6% e 4,0% previstos um ano e seis meses atrás, respectivamente (tabela 2). Com base na última estimativa, o PIB da região será 2,6% menor no final de 2021 do que foi no final de 2019. Em termos per capita, a queda é ainda maior, pois chega a 4,5%.

É claro que há uma variação considerável entre os países. Embora a maior parte da região deva estar desfrutando de uma forte recuperação econômica em 2021, o Haiti e o Suriname devem registrar crescimento negativo. Por outro lado, a taxa de crescimento da Guiana permanecerá na casa dos dois dígitos, à medida que a exploração do seu petróleo offshore seja impulsionada. O crescimento também deve ser particularmente vigoroso no Panamá e no Peru.

As incertezas quanto à evolução da pandemia, os impactos das medidas de resposta dos governos e até mesmo a dinâmica macroeconômica desses tempos inusitados exigem uma maior dependência do monitoramento em tempo real da atividade econômica. Cerca de metade dos países da região produzem regularmente estimativas de crescimento trimestrais. E quando este relatório foi enviado para impressão, as estimativas oficiais do PIB para 2020 estavam indisponíveis para apenas um quinto deles. As dificuldades para conduzir censos e pesquisas econômicas em tempos de distanciamento social também podem afetar a confiabilidade das últimas estimativas.
Em vista dessas deficiências, dados em tempo real são necessários para uma avaliação mais precisa da situação in loco. Novas tecnologias tornam essa abordagem possível, e várias organizações e pesquisadores exploraram uma série de fontes de dados recentemente disponíveis, desde o tráfego de ligações por telefones celulares a transações com cartão de crédito e imagens por satélite.

Desde o início da crise da Covid-19, esta série de relatórios teve como base as emissões de NO$_2$ como uma importante fonte de informações sobre a atividade econômica. A concentração de aerossóis atmosféricos de NO$_2$ sobre um determinado local está intimamente relacionada a movimentações de veículos, combustão industrial e incêndios agrícolas nesses países, entre outros dados. Foi demonstrado que existe uma alta correlação entre os números oficiais do PIB e as emissões de NO$_2$ medidas por imagens de satélite, com a relação entre os dois variando entre os países (Morris et al. 2021). Por exemplo, as emissões de NO$_2$ respondem melhor ao crescimento do PIB em um país com indústria pesada do que em um especializado em serviços.

A relação estimada em nível de país permite inferir mudanças no PIB a partir da variação observada na concentração de partículas de NO$_2$ em uma determinada área, em qualquer ponto no tempo. Em particular, essa observação pode ser feita ao longo dos quatro trimestres de 2020 e também durante a maior parte do primeiro trimestre de 2021, que estava quase concluído na data de corte deste relatório.

Os resultados não devem ser interpretados literalmente. Por exemplo, o medo do contágio da Covid-19 pode incentivar os moradores da cidade a evitar o uso do transporte público. Se uma fração da população começar, pelo menos temporariamente, a usar carros particulares, as emissões de NO2 podem aumentar mesmo em um contexto de redução da atividade econômica. Essa mudança, se fosse significativa, levaria a uma superestimativa do PIB durante a pandemia. Será necessário um tempo para avaliar se os resultados são tendenciosos porque os dados oficiais do PIB para 2021 ainda não estão disponíveis.

Com esta ressalva em mente, as emissões de NO$_2$ revelam uma impressionante geografia de crise e recuperação (mapa 3). No segundo trimestre de 2020, o mundo inteiro estava em recessão. Mas a China e o Vietnã voltaram a apresentar crescimento econômico positivo no terceiro trimestre, e outros países começaram a se recuperar no quarto. E no primeiro trimestre de 2021, a maioria dos países fora da Europa havia ultrapassado os níveis de atividade do último trimestre antes da pandemia.

Isso não significa que a crise acabou. Com base nessas estimativas, na grande maioria dos países, os níveis atuais do PIB ultrapassariam os do último trimestre antes da pandemia em menos de 1%. Mas se não fosse pela pandemia, a maioria dos países teria registrado crescimento econômico positivo durante este período. A atividade econômica pode ter se recuperado, mas não é tão intensa como seria se não houvesse a pandemia.
## Tabela 2. Crescimento Real do PIB a preços de mercado

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Argentina</td>
<td>-2,5</td>
<td>-2,2</td>
<td>-10,0</td>
<td>6,4</td>
<td>1,7</td>
<td>1,9</td>
</tr>
<tr>
<td>Bahamas</td>
<td>3,0</td>
<td>1,2</td>
<td>-16,2</td>
<td>2,0</td>
<td>8,5</td>
<td>4,0</td>
</tr>
<tr>
<td>Barbados</td>
<td>-0,6</td>
<td>-0,1</td>
<td>-17,3</td>
<td>4,4</td>
<td>7,2</td>
<td>1,9</td>
</tr>
<tr>
<td>Belize</td>
<td>2,9</td>
<td>1,8</td>
<td>-14,1</td>
<td>1,9</td>
<td>6,4</td>
<td>4,2</td>
</tr>
<tr>
<td>Bolívia</td>
<td>4,2</td>
<td>2,2</td>
<td>-7,8</td>
<td>4,7</td>
<td>3,5</td>
<td>3,0</td>
</tr>
<tr>
<td>Brasil</td>
<td>1,8</td>
<td>1,4</td>
<td>-4,1</td>
<td>3,0</td>
<td>2,5</td>
<td>2,3</td>
</tr>
<tr>
<td>Pimenta</td>
<td>3,9</td>
<td>1,1</td>
<td>-6,0</td>
<td>5,5</td>
<td>3,5</td>
<td>2,5</td>
</tr>
<tr>
<td>Colômbia</td>
<td>2,6</td>
<td>3,3</td>
<td>-6,8</td>
<td>5,0</td>
<td>4,3</td>
<td>4,2</td>
</tr>
<tr>
<td>Costa Rica</td>
<td>2,1</td>
<td>2,2</td>
<td>-4,6</td>
<td>2,6</td>
<td>3,3</td>
<td>3,1</td>
</tr>
<tr>
<td>Dominica</td>
<td>2,3</td>
<td>3,6</td>
<td>-10,0</td>
<td>1,0</td>
<td>3,0</td>
<td>2,5</td>
</tr>
<tr>
<td>República Dominicana</td>
<td>7,0</td>
<td>5,1</td>
<td>-6,7</td>
<td>5,5</td>
<td>4,8</td>
<td>4,8</td>
</tr>
<tr>
<td>Equador</td>
<td>1,3</td>
<td>0,0</td>
<td>-6,8</td>
<td>3,4</td>
<td>1,4</td>
<td>1,8</td>
</tr>
<tr>
<td>O Salvador</td>
<td>2,4</td>
<td>2,4</td>
<td>-8,6</td>
<td>4,1</td>
<td>3,1</td>
<td>2,4</td>
</tr>
<tr>
<td>Grenade</td>
<td>4,1</td>
<td>1,9</td>
<td>-12,6</td>
<td>3,5</td>
<td>5,0</td>
<td>4,9</td>
</tr>
<tr>
<td>Guatemala</td>
<td>3,2</td>
<td>3,8</td>
<td>-1,8</td>
<td>3,6</td>
<td>4,0</td>
<td>3,8</td>
</tr>
<tr>
<td>Guiana</td>
<td>4,4</td>
<td>5,4</td>
<td>43,5</td>
<td>20,9</td>
<td>26,0</td>
<td>23,0</td>
</tr>
<tr>
<td>Haiti</td>
<td>1,7</td>
<td>-1,7</td>
<td>-3,4</td>
<td>-0,7</td>
<td>1,5</td>
<td>2,0</td>
</tr>
<tr>
<td>Honduras</td>
<td>3,7</td>
<td>2,7</td>
<td>-9,0</td>
<td>4,5</td>
<td>3,9</td>
<td>3,8</td>
</tr>
<tr>
<td>Jamaica</td>
<td>1,9</td>
<td>0,9</td>
<td>-10,0</td>
<td>3,0</td>
<td>3,8</td>
<td>3,2</td>
</tr>
<tr>
<td>México</td>
<td>2,2</td>
<td>-0,1</td>
<td>-8,2</td>
<td>4,5</td>
<td>3,0</td>
<td>2,5</td>
</tr>
<tr>
<td>Nicarágua</td>
<td>-4,0</td>
<td>-3,9</td>
<td>-2,5</td>
<td>0,9</td>
<td>1,2</td>
<td>1,4</td>
</tr>
<tr>
<td>Panamá</td>
<td>3,6</td>
<td>3,0</td>
<td>-17,9</td>
<td>9,9</td>
<td>7,8</td>
<td>4,9</td>
</tr>
<tr>
<td>Paraguai</td>
<td>3,2</td>
<td>-0,4</td>
<td>-1,1</td>
<td>3,5</td>
<td>4,0</td>
<td>3,8</td>
</tr>
<tr>
<td>Peru</td>
<td>4,0</td>
<td>2,2</td>
<td>-11,1</td>
<td>8,1</td>
<td>4,5</td>
<td>4,1</td>
</tr>
<tr>
<td>Santa Lúcia</td>
<td>2,6</td>
<td>1,7</td>
<td>-20,4</td>
<td>1,1</td>
<td>12,3</td>
<td>8,1</td>
</tr>
<tr>
<td>São Vicente e Granadinas</td>
<td>2,2</td>
<td>0,5</td>
<td>-4,2</td>
<td>0,2</td>
<td>5,0</td>
<td>3,2</td>
</tr>
<tr>
<td>Suriname</td>
<td>2,6</td>
<td>0,3</td>
<td>-14,5</td>
<td>-1,9</td>
<td>0,1</td>
<td>1,3</td>
</tr>
<tr>
<td>Uruguai</td>
<td>0,5</td>
<td>0,3</td>
<td>-5,8</td>
<td>3,4</td>
<td>3,1</td>
<td>2,5</td>
</tr>
<tr>
<td>América Latina e Caribe</td>
<td>1,7</td>
<td>0,8</td>
<td>-6,7</td>
<td>4,4</td>
<td>3,0</td>
<td>2,7</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Fonte: Banco Mundial
Mapa 3. A mudança na geografia da atividade econômica como resultado da Covid-19

Fonte: Morris et al. (2021).
Renovando com Crescimento
3. Os impactos de mais longo prazo da crise da Covid-19
Há fortes razões para acreditar que a crise da Covid-19 terá um impacto duradouro sobre a atividade econômica. Durante a maior parte de 2020, as crianças deixaram de ir a escola em toda a região, e algumas podem nunca mais voltar. O distanciamento social e a demanda de trabalho reduzida diminuíram drasticamente os níveis de emprego, sendo as mulheres afetadas desproporcionalmente. Os níveis da dívida pública também aumentaram, em alguns casos substancialmente, e muitas empresas talvez não consigam honrar suas obrigações com credores e fornecedores. Menos aprendizado e experiência profissional estão favorecendo a redução dos lucros no futuro, enquanto o sobre-endividamento pode criar tensão no setor financeiro e retardar a recuperação. Para uma região que já enfrentava dificuldades com o crescimento lento mesmo antes da pandemia, esse impacto negativo duradouro da crise da Covid-19 seria uma notícia muito ruim.

No entanto, a história oferece insights mais otimistas sobre o que acontece após uma crise desta magnitude. A Primeira Guerra Mundial levou a uma enorme perda de capital material e humano; ela foi seguida pela gripe espanhola, que foi ainda mais letal do que a Covid-19. E ainda assim, o que veio logo depois foram os ‘Loucos Anos Vinte’. A destruição e a carnificina também foram enormes durante a Segunda Guerra Mundial. Mas o que se seguiu foi um dos mais longos e fortes períodos de crescimento de todos os tempos.

Embora os motivos para o pessimismo sejam claros, grandes crises também podem desencadear uma reestruturação econômica em larga escala. A composição da atividade econômica muda – com contratação em alguns setores e expansão em outros. Os serviços pessoais e de hospitalidade podem sofrer por bastante tempo com a Covid-19, enquanto os setores de tecnologia da informação, finanças e logística podem ganhar um novo impulso. Se os setores em expansão forem mais produtivos do que aqueles que apresentam contração, a produtividade agregada deve aumentar à medida que a economia retorna ao pleno emprego.

A maior transformação, no entanto, poderia surgir da acelerada digitalização desencadeada pela pandemia, que poderia levar a um maior dinamismo em múltiplos setores. A digitalização poderia impulsionar os serviços financeiros – principalmente sistemas de pagamento – uma área em que a região está defasada. As plataformas eletrônicas podem criar oportunidades de emprego até para os não qualificados e, ao fornecer informações sobre jornada de trabalho e renda, elas podem apoiar a formalização do emprego. Por fim, o comércio de bens e serviços pela Internet oferece a chance de maior integração com a economia global.

O benchmarking sistemático da região ao longo de oito dimensões – do acesso à Internet ao custo da banda larga até o uso real - mostra como é desigual a condição para a digitalização na América Latina e no Caribe. Na maioria dos países da região, uma parte importante da população pode perder as oportunidades criadas pela digitalização. Também há uma heterogeneidade substancial entre os países, conforme revelado pelo número e valor de seus unicórnios - startups de tecnologia de rápido crescimento. Por esta métrica, algumas partes da região são visivelmente dinâmicas.

**Capital humano perdido**

Os lockdowns forçados e as ordens de permanência em casa que caracterizaram a resposta de política à pandemia incluíram quase sempre o fechamento das escolas. Numa época em que as evidências sobre o contágio e a letalidade da Covid-19 ainda eram fragmentadas, as autoridades do mundo todo pensavam que os riscos de oferecer a educação presencial ultrapassavam os benefícios e preferiram ser prudentes. No entanto, o fechamento das escolas foi mantido por meses, e em alguns casos quase durante todo o primeiro ano da pandemia. Isto vem acontecendo principalmente em muitos países da América Latina e do Caribe (figura 19).
Uma implicação óbvia do fechamento das escolas é a redução do aprendizado (Banco Mundial 2021a). Os sistemas educacionais do mundo todo tentaram compensar isso por meio do ensino à distância. Porém, aos poucos, vão surgindo evidências sobre a eficácia parcial desta abordagem, além das profundas desigualdades que ela cria. Esta evidência é compatível com o que se sabe sobre o aprendizado remoto em tempos normais.

Figura 19. O fechamento generalizado de escolas prejudica o aprendizado

![Gráfico mostrando dias com escolas fechadas (percentual)]

Nota: Dados referentes a 353 dias, a partir de 16 de fevereiro de 2020.
Fonte: UNESCO

Por exemplo, o programa de TV Vila Sésamo era exibido com o intuito de aperfeiçoar o preparo escolar, mas seu impacto no desempenho educacional e nos resultados do mercado de trabalho foi inconclusivo (Kearney e Levine 2019). Outros estudos avaliaram o impacto dos programas de instrução com o auxílio da tecnologia sobre os resultados do aprendizado nos países em desenvolvimento, constatando ganhos moderados (Mularidharan et al. 2019). No contexto da América Latina e do Caribe, a experiência do Uruguai é interessante, pois foi o primeiro país a garantir um laptop por criança em 2007 (Mitra e Quiroga 2012). As diferenças entre a aprendizagem presencial e online também se aplicam aos adultos, como mostra o caso da educação universitária na Colômbia (Cellini e Grueso 2021).

No entanto, também se tem argumentado que, em vez de substituir o ensino, a tecnologia deve complementá-lo: professores e alunos não podem simplesmente alternar entre o aprendizado assistido pelo computador e o aprendizado tradicional e esperar o mesmo resultado (Bettinger et al. 2020). Para que o aprendizado à distância funcione, muitas peças devem estar em jogo, e não está claro que elas estavam na rápida resposta à crise da Covid-19. É importante notar que nem todas as crianças da região tinham acesso a um laptop, ou mesmo a uma conexão de internet (Asanov et al. 2021). Qualquer que seja a magnitude real dos ganhos do aprendizado remoto, a acumulação real de capital humano entre as crianças da região durante 2020 deve ter sido extremamente desigual.

As avaliações sobre o impacto do fechamento das escolas sobre o crescimento econômico futuro são certamente tímidas. Entretanto, algumas percepções preocupantes podem ser derivadas de uma análise das equações de ganhos entre países. As equações de ganhos são relações bem estabelecidas que associam os ganhos provenientes do trabalho na vida adulta à frequência escolar e à experiência profissional, as duas principais fontes de acumulação de capital humano. Equações deste tipo foram estimadas para um grande número de países utilizando uma abordagem metodológica consistente (Montenegro e Patrinos 2014).

Os retornos estimados para um ano adicional de escolaridade podem ser ajustados para a crise da Covid-19 sob o pressuposto de que os dias em que as escolas estão abertas levam ao aprendizado normal, enquanto os dias em que estão fechadas basicamente não levam a nenhum aprendizado. Com base nesta abordagem simples, a perda mediana nos ganhos futuros para as crianças da América Latina e do Caribe excede 4 pontos percentuais. Embora haja uma diversidade considerável entre os países, a região poderia estar enfrentando as maiores perdas do mundo em desenvolvimento (figura 20).
Figura 20. A perda em rendimentos futuros pode ser considerável

<table>
<thead>
<tr>
<th>Rendimento do trabalho resultante de um ano de escolaridade (log)</th>
<th>Perda no rendimento do trabalho (log)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Nicaragua</td>
<td>Equador</td>
</tr>
<tr>
<td>Uruguai</td>
<td>Bolívia</td>
</tr>
<tr>
<td>Guiana</td>
<td>Peru</td>
</tr>
<tr>
<td>Belize</td>
<td>Jamaica</td>
</tr>
<tr>
<td>Haiti</td>
<td>Chile</td>
</tr>
<tr>
<td>Chilena</td>
<td>Suriname</td>
</tr>
<tr>
<td>Argentina</td>
<td>República Dominicana</td>
</tr>
<tr>
<td>Colômbia</td>
<td>Peru</td>
</tr>
<tr>
<td>Bolivia</td>
<td>República Dominicana</td>
</tr>
<tr>
<td>República Dominicana</td>
<td>Haiti</td>
</tr>
<tr>
<td>Paraguai</td>
<td>Brasil</td>
</tr>
<tr>
<td>Guatema</td>
<td>Costa Rica</td>
</tr>
<tr>
<td>Méxi</td>
<td>Canadá</td>
</tr>
<tr>
<td>El Salvador</td>
<td>Costa Rica</td>
</tr>
<tr>
<td>Honduras</td>
<td>Panamá</td>
</tr>
<tr>
<td>Brasil</td>
<td>América Latina e Caribe</td>
</tr>
<tr>
<td>Europa e Ásia Central</td>
<td>Oriente Médio e Norte da África</td>
</tr>
<tr>
<td>Leste da Ásia e Pacífico</td>
<td>África Subsariana</td>
</tr>
<tr>
<td>Sul da Ásia</td>
<td>América Latina e Caribe</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Nota: O rendimento do trabalho de um ano de escolaridade refere-se ao ano mais recente para o qual há dados disponíveis. Para as ordens de grandeza da figura, log equivale aproximadamente a um percentual. A perda no rendimento do trabalho é considerada proporcional à fração de dias letivos perdidos. Os números regionais são médias não ponderadas entre os países.

Fonte: Montenegro e Patrinos (2014) para retorno às escolas e UNESCO para fechamento de escolas

**Mercado de trabalho em baixa, especialmente entre as mulheres**

A queda na demanda por mão-de-obra é uma característica típica de qualquer crise econômica. Entretanto, a atual pandemia também foi caracterizada por um colapso na oferta de mão-de-obra. O distanciamento social começou como uma reação espontânea ao risco de contágio, e se generalizou com as ordens para que todos permanecessem em casa, e a imposição de lockdowns. Com uma redução na demanda e na oferta de mão de obra, as taxas de desemprego não variaram muito no curto prazo. Contudo, os níveis de emprego caíram em toda a região, sendo seu ponto mais baixo em torno do segundo e terceiro trimestres de 2020 (figura 21).

Em todos os países da região, as mulheres foram desproporcionalmente afetadas. Este viés de gênero pode não ser visível quando se observa o número absoluto de empregos perdidos, mas ele se torna aparente quando a perda é medida em relação aos níveis de emprego anteriores à crise. Este impacto mais forte é consistente com uma proporção maior de mulheres que trabalham no varejo e em serviços pessoais, que foram dois setores diretamente atingidos pelo distanciamento social. Com os filhos fora da escola durante meses, as mulheres podem estar arcando com uma parcela ainda maior das responsabilidades em casa, especialmente em países com normas sociais mais patriarcais.

Há que se admitir que nem toda a queda no emprego foi associada à perda de postos de trabalho. Licenças, seguro-desemprego e apoio governamental às empresas permitiram que muitos trabalhadores mantivessem seus empregos enquanto estavam temporariamente sem trabalho. Mas, como grande parte do emprego na América Latina e no Caribe é informal, provavelmente poucos trabalhadores tiveram tanta sorte. Muito mais trabalhadores podem simplesmente ter perdido seus empregos ou – no caso dos autônomos – seu sustento.

A qualidade dos empregos também é importante. Muitos dos que retornaram ao trabalho nos últimos meses podem não ter conseguido empregos com o mesmo tipo de segurança, ganhos e benefícios que desfrutavam antes da crise. Uma série de pesquisas telefônicas rápidas realizadas pelo Banco Mundial entre maio e julho de 2020 sugere que houve uma deterioração na qualidade média dos empregos, especialmente no caso das mulheres (Banco Mundial 2021b). Comparando a primeira e a última rodada da pesquisa, é claramente perceptível uma migração dos empregos assalariados para trabalhos autônomos e outras formas de trabalho não padrão (figura 22).
Estes acontecimentos são um golpe triplo para as perspectivas econômicas e sociais da região. Ficar desempregado por longos períodos prejudica as habilidades e pode minar os hábitos de trabalho. Por sua vez, a queda na qualidade dos postos de trabalho conquistados por muitos dos que recuperaram seus empregos pode estar associada a uma queda na produtividade geral. E a queda mais acentuada do emprego feminino, em termos relativos, anula parte do progresso em direção à igualdade de gênero que a América Latina e o Caribe haviam feito nas últimas décadas. Nada disso é um bom indício para as perspectivas de longo prazo da região.

Figura 22. Piores empregos entre as mulheres que ainda trabalham
Excesso de endividamento e passivo contingente

Os níveis da dívida são outro mecanismo por meio do qual a crise da Covid-19 poderia ter um impacto prolongado sobre o crescimento futuro da região. Apesar do espaço fiscal frequentemente limitado, os países da América Latina e do Caribe impulsionaram os gastos públicos para apoiar o setor da saúde, proporcionar transferências sociais às famílias e ajudar as empresas em dificuldades. Esta forte resposta de política aliviou o impacto da crise, mas também levou a aumentos consideráveis da dívida pública, muito mais significativos do que o que havia acontecido em resposta à crise financeira global. Os níveis iniciais também foram mais altos desta vez, de modo que vários países da região estão agora muito endividados (figura 23).

Figura 23. A dívida pública cresceu muito mais rápido do que na Crise Financeira Global

Fonte: Banco Mundial

Embora a política monetária das economias avançadas tenha mantido as taxas de juros em níveis incrivelmente baixos, mais cedo ou mais tarde esta dívida terá que ser paga. Seja em 2021 ou nos anos seguintes, os países da região terão que traçar um caminho para a consolidação fiscal, a fim de garantir que suas dívidas permaneçam sustentáveis. Impostos mais altos ou gastos mais baixos do governo pressionarão a atividade econômica para baixo.

As empresas também estão enfrentando níveis mais altos de endividamento. Diante da queda na receita em razão da crise e de custos difíceis de concentrar no curto prazo, muitas delas tomaram empréstimos ou rolaram suas dívidas. Os programas de apoio e as garantias de empréstimo dos governos da região permitiram que isso fosse feito. No entanto, em muitos casos, a questão é se uma crise de liquidez acabará se tornando um problema de solvência. Se isso acontecesse, haveria riscos maiores para o setor financeiro, e as crises bancárias agravariam ainda mais as consequências da crise da Covid-19.

Felizmente, por enquanto não há sinais graves de tensão no setor financeiro. A parcela de empréstimos inadimplentes nas carteiras bancárias aumentou, embora não drasticamente (figura 24). Os supervisores têm sido proativos em toda a região, com tolerância e regras mais flexíveis de classificação de empréstimos, mas também monitorando atentamente as carteiras de empréstimos. Os bancos aumentaram significativamente as provisões prevendo perdas com empréstimos, os índices de provisionamento são altos em quase todos os países e, de modo geral, as reservas de capital permanecem sólidas. A rentabilidade dos bancos tem sofrido, mas é improvável que ocorram grandes crises.
Figura 24. Os atrasos em pagamento aumentaram, mas não de forma dramática

Fonte: Bancos centrais nacionais e agências reguladoras

Outra área de preocupação diz respeito aos passivos contingentes de concessionárias e serviços públicos de infraestrutura cujas receitas diminuíram com a crise. Entretanto, diante disso, as notícias são mais uma vez relativamente tranquilizadoras. Apesar de muitos governos terem tomado medidas para adiar o pagamento das contas de serviços públicos no início da crise, poucas dessas medidas foram de caráter permanente (tabela 3). Muitos sistemas de transporte público também estão sofrendo grandes perdas devido ao distanciamento social, e algumas licenças e parcerias público-privadas podem precisar de renegociação devido ao menor tráfego de veículos, mas as responsabilidades implícitas podem não representar um risco sistêmico neste ponto.

Tabela 3. Medidas para aliviar o pagamento de contas podem impactar concessionárias de serviços públicos

<table>
<thead>
<tr>
<th>País</th>
<th>Moratória sobre pagamentos</th>
<th>Medidas específicas para residentes</th>
<th>Diferimento de pagamentos</th>
<th>Redução de preços</th>
<th>Congelamento de preços</th>
<th>Linhas de crédito para serviços públicos</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Argentina</td>
<td>✓</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Bolívia</td>
<td>✓</td>
<td>✓</td>
<td></td>
<td></td>
<td>✓</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Brasil</td>
<td>✓</td>
<td>✓</td>
<td></td>
<td></td>
<td>✓</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Pimenta</td>
<td>✓</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Colômbia</td>
<td>✓</td>
<td>✓</td>
<td></td>
<td></td>
<td>✓</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Costa Rica</td>
<td>✓</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>República Dominicana</td>
<td>✓</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Equador</td>
<td>✓</td>
<td>✓</td>
<td></td>
<td></td>
<td>✓</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>O salvador</td>
<td>✓</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Guatemala</td>
<td>✓</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Honduras</td>
<td>✓</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>México</td>
<td>✓</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Panamá</td>
<td>✓</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Paraguai</td>
<td>✓</td>
<td>✓</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Peru</td>
<td>✓</td>
<td>✓</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Uruguai</td>
<td>✓</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

Nota: Moratória relacionada à suspensão da desconexão pelo não pagamento durante a crise emergencial; Medidas para consumidores residenciais se referem aos subsídios dados aos consumidores residenciais mais vulneráveis; A postergação do pagamento por empresas inclui medidas como o atraso no pagamento sem cobrança de juros para pessoas jurídicas; Redução e congelamento da tarifa se refere à redução mais generalizada ou a manutenção das tarifas para um espectro maior de consumidores e linhas de crédito se referem a medidas de emergência tomadas para apoiar o fluxo de caixa das concessionárias de eletricidade durante o período de emergência.

Talvez o risco mais significativo para o futuro esteja relacionado à política macroeconômica nas economias avançadas. Em 2013, a mera perspectiva de que a flexibilização quantitativa nos EUA poderia começar a ser afunilada desencadeou a venda de títulos do Tesouro dos EUA, ocasionando um aumento em seu rendimento – ou, de forma equivalente, um aumento em sua taxa de juros implícita. Este episódio, conhecido como “taper tantrum”, levou a grandes saídas de capital e depreciações da moeda nos mercados emergentes (Medvedev et al. 2019). A alta das taxas de juros encarece o refinanciamento da dívida e o enfraquecimento das moedas aumenta o peso das dívidas em moeda estrangeira. Caso ocorra algo semelhante nos próximos anos, o impacto na América Latina e no Caribe poderá ser significativo, dado o atual excesso de endividamento de governos e empresas.

Até pouco tempo atrás, um novo taper tantrum parecia uma perspectiva distante. Contudo, a força da recuperação econômica em curso nos EUA, combinada com o grande pacote de estímulos recentemente aprovado, suscitou preocupações sobre o ressurgimento das pressões inflacionárias (Summers 2021). Se isso acontecesse, uma política monetária mais restritiva dos EUA não poderia ser descartada. Mesmo antes da aprovação do novo pacote de estímulos, os mercados já estavam prevendo uma inflação mais alta conforme mostra o aumento constante dos rendimentos dos títulos do Tesouro norte-americano nos últimos meses, a um ritmo comparável ao observado em 2013 (figura 25).

**Figura 25. Um risco não tão distante: taxas de juros mais altas**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Diferencial (en puntos básicos)</th>
<th>Rendimiento de bonos del Tesoro de EE. UU (en porcentaje)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>2.5</td>
<td>Cambio en el diferencial desde 2020 (lado dcho.)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Cambio en el diferencial desde 2013 (lado dcho.)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Rendimiento de bonos a 10 años</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Rendimiento de bonos a 2 años</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Nota: Taper tantrum refere-se ao aumento nos rendimentos dos títulos do Tesouro dos EUA após o anúncio do Federal Reserve sobre a futura redução do seu programa de flexibilização quantitativa.
Fonte: Departamento do Tesouro dos EUA.

Além disso, sendo o tamanho do novo pacote de estímulos várias vezes o da atual lacuna de produção, é muito provável que os EUA tenham um grande déficit em conta corrente. Em outras palavras, a demanda interna excederá a oferta interna, impulsionando as importações nos EUA. Isto impulsionará as exportações de países como a China, México e potencialmente outros na América Latina e no Caribe, o que será sem dúvida um desenvolvimento positivo para a região. Mas para que os EUA tenham um grande déficit em conta corrente, o dólar precisa se valorizar, e isto é uma preocupação para países com grande parte de suas dívidas em moeda estrangeira.
**Transformação estrutural**

Embora os riscos discutidos até agora não devam ser encarados superficialmente, também pode haver um lado bom na crise da Covid-19. Um choque desta magnitude não exige um retorno ao equilíbrio anterior, mas, ao contrário, pode desencadear uma mudança permanente na estrutura da economia. Uma dimensão importante dessa mudança está relacionada à composição setorial da atividade econômica. No curto prazo, a pandemia levou a um colapso do turismo e de uma gama de serviços pessoais, e a uma explosão nos setores de tecnologia da informação, finanças e logística, entre outros. Algumas dessas mudanças estruturais podem não ser revertidas.

A dinâmica temporal de choques estruturais deste tipo é relativamente simples. Se os setores que apresentam contração constituem uma grande parcela da economia nacional, como é o caso do turismo em muitos países do Caribe, o impacto negativo causado pelo crescimento da crise pode ser trágico. Se, por começar, nem os setores que apresentam contração nem os setores em expansão forem grandes, como provavelmente foi o caso no Paraguai, o impacto é mais leve. Por fim, se o setor em expansão for muito grande, a crise pode acarretar custos de realocação no curto prazo, mas no fim deve levar a um aumento da produção.


**Figura 26. A participação dos setores em expansão e retração varia na região**

[Diagrama com o texto explicativo]

Nota: Um asterisco indica que os números são baseados em transporte, armazenamento e comunicações e dois asteriscos, que considera hotéis, restaurantes e setores de atacado e varejo.
Fonte: Contas nacionais e agências nacionais de estatísticas

Vejamos o caso da Argentina. Em 2020, seu PIB pode ter diminuído US$56 bilhões. Mas durante o mesmo período, o valor de mercado de suas três maiores empresas de tecnologia – Mercado Libre, Globant e Despegar – teve um aumento ainda maior de US$ 66 bilhões. Estes últimos não são contados como PIB, e com razão. Tais ganhos de capital nacionais não foram convertidos em renda real, e muitos dos beneficiários não são residentes do país. Mas não é totalmente impreciso afirmar que os setores em expansão na Argentina criaram mais valor do que os setores em contração perderam. Por outro lado, esses ganhos e perdas foram distribuídos de forma muito desigual entre a população, ficando a maioria dos ganhos fora do alcance das autoridades fiscais nacionais.
Os efeitos dinâmicos que acabamos de discutir são uma manifestação de efeitos de composição mais amplos. A produtividade da mão de obra varia entre os setores, sendo a produtividade global da mão de obra de uma economia uma média ponderada de suas produtividades setoriais. Do ponto de vista algébrico, os pesos são dados pelas participações dos setores no total do emprego. Como a crise da Covid-19 leva alguns setores a se contraírem e outros a se expandirem, os pesos mudam, e por isso a produtividade geral da mão de obra também pode mudar.

Uma quantificação rigorosa deste possível efeito de composição exigiria um modelo de equilíbrio geral computável completo para cada país. Abaixo disso, uma metodologia simples pode ser empregada para produzir uma estimativa aproximada (McMillan e Rodríguez 2011). Isso equivale a calcular a produtividade da mão de obra para todos os setores e gerar duas médias ponderadas, uma com as parcelas setoriais de atividade econômica observadas antes da crise, a outra após a crise.


Desnecessário dizer que estes números são, na melhor das hipóteses, aproximações, e qualquer que seja a grandeza real dos efeitos, pode levar tempo para que se materializem. Entretanto, os resultados sugerem que a transformação estrutural é uma forma pela qual a pandemia pode ter impulsionado as perspectivas de crescimento da região no longo prazo.

**A promessa da digitalização**

Os setores em expansão em decorrência da crise da Covid-19 são importantes não apenas por sua maior produtividade, mas também por causa do impacto que poderiam ter sobre o restante da economia. O lento crescimento econômico na América Latina e no Caribe tem sido frequentemente atribuído à limitação na concorrência e ao excesso de poder interno. O enfrentamento da pandemia exigiu uma dependência muito maior das plataformas eletrônicas para trabalhar, negociar e se comunicar. E estas, por sua vez, podem gerar mudanças em setores e mercados nos quais as reformas das políticas muitas vezes não conseguiram fazer incursões.

A concorrência limitada na região resulta, em parte, de uma longa história de substituição de importações e de políticas populistas. As tentativas de mudança do status quo foram prejudicadas pelo tamanho relativamente pequeno da maioria das economias da região, pelos fortes laços entre as elites econômicas e os líderes políticos, e pelo poder de veto dos principais grupos de interesse. Enquanto muitos países têm tecnocracias competentes, o progresso em direção a economias mais eficientes tem sido desigual, na melhor das hipóteses.

Por exemplo, tem havido vários esforços no sentido de modernização do setor financeiro na América Latina e no Caribe, porém o acesso ao financiamento continua extremamente baixo (Demirguc-Kunt et al. 2017). A região também assinou um número quase recorde de acordos de livre comércio, mas o índice de comércio internacional/PIB...
apresentado continua sendo um dos mais baixos do mundo (Banco Mundial, 2019). Apesar das reformas do sistema previdenciário e das tentativas de ampliar a cobertura dos programas de proteção social, os mercados de trabalho permanecem profundamente segmentados e a informalidade impera na maioria das vezes (Levy 2019).

A digitalização acelerada deve impactar várias áreas da economia, e não apenas as três que acabamos de mencionar. Mas, nesse caso, poderia desbloquear a mudança necessária sem ter que embarcar em discussões politicamente onerosas sobre novas reformas econômicas:

- Inovações financeiras permitem que grandes empresas de tecnologia e operadores de telecomunicações ofereçam soluções econômicas e confiáveis de pagamento para famílias de baixa renda e empresas do setor informal. Por ter um serviço muito caro, este é um segmento de mercado normalmente negligenciado pelos bancos já estabelecidos. Uma regulamentação adequada pode ajudar a proteger os dados daqueles que utilizam esses novos serviços e minimizar os riscos sistêmicos para o setor financeiro. Neste aspecto, a arquitetura digital e institucional adotada pela Índia, incluindo a introdução de “bancos de pagamento”, é muito promissora (Comitê Nachiket Mor 2014).

- Plataformas de negociação conectam clientes e fornecedores diretamente, permitindo-lhes evitar os intermediários e reduzir o risco de pagamentos não solicitados ao longo do caminho. O que as reformas de facilitação do comércio tentam realizar a duras penas nas alfândegas e postos de fronteira pode acontecer instantaneamente quando se faz uma compra ou uma venda pela Internet. Combinadas com soluções adequadas de treinamento e financiamento, as plataformas de negociação podem ser capazes de mudar o jogo mesmo para comunidades rurais desfavorecidas, como demonstra a experiência nas aldeias Taobao da China (Luo e Niu 2019).

- Soluções logísticas estão se tornando uma importante fonte de emprego para trabalhadores de baixa qualificação em toda a região. Motoristas de veículos compartilhados e entregadores tornaram-se onipresentes em todas as cidades da América Latina e do Caribe. Por enquanto, muitos desses empregos são precários e não oferecem nenhum benefício. Mas não precisa ser assim. As empresas de tecnologia que oferecem soluções logísticas possuem informações completas sobre o número de horas trabalhadas e os ganhos obtidos por todos os seus associados. Com este tipo de informação, a formalização do emprego pode ser bastante ampliada.

Um salto quântico na penetração das ferramentas digitais está ocorrendo globalmente, e é improvável que a tendência seja revertida quando os riscos de contágio diminuírem. No entanto, a América Latina e o Caribe não estão em posição ideal para agarrar esta oportunidade. Sua classificação geral nas regiões em desenvolvimento varia de acordo com o indicador considerado – desde a disponibilidade da infraestrutura digital até o custo de acesso à Internet e a capacidade das empresas e governos de explorar seu potencial. Entretanto, a região está quase sempre atrás da Europa e Ásia Central e da Ásia Oriental e Pacífico. Em alguns dos indicadores, ela é até muito mais atrasada nas regiões mais pobres (figura 28).

Ao mesmo tempo, a prontidão para a digitalização varia drasticamente em toda a região. Em alguns dos países – especialmente na América Central e na sub-região andina – a baixa disponibilidade de infraestrutura e o alto custo do serviço implicam que grandes segmentos da população estão, na prática, excluídos da transformação digital. A avaliação é mais positiva para os países do Cone Sul, Brasil, Costa Rica e, em certa medida, o México. Alguns deles estão relativamente próximos das economias avançadas em indicadores como a dependência do governo eletrônico.
Figura 28. A região está pronta para abraçar a digitalização?

Fonte: Índice de e-Governo das Nações Unidas.
Notas: O índice refere-se à infraestrutura necessária para que os cidadãos participem do governo eletrônico. Os números regionais são médias não ponderadas entre os países.

Fonte: União Internacional de Telecomunicações
Notas: Os números regionais são médias não ponderadas entre os países.
Figura 28. A região está pronta para abraçar a digitalização? (Continuação)

Fonte: União Internacional de Telecomunicações
Nota: Os dados se referem ao custo por GB excessivo dentro de um pacote mensal de pelo menos 1,5 GB. Os números são médias não ponderadas entre os países.

Nota: Os dados se referem à velocidade de baixa de arquivos. Os números são médias não ponderadas entre os países.
Contrariando as probabilidades, recentemente, alguns países da região viram o surgimento de unicórnios locais, ou seja, empresas tecnológicas privadas apoiadas por fundos de risco e investidores, cujos valores excedem US$1 bilhão. A análise da dinâmica empresarial destacou a importância de novas empresas que crescem muito rapidamente, as chamadas “gazelas” (Henrekson e Johansson 2010). Essas empresas são verdadeiros motores de destruição criativa, que geram um grande número de empregos, criam valor considerável e expulsam os concorrentes de baixa produtividade. Pode-se argumentar que os unicórnios são as últimas gazelas do desenvolvimento econômico.

Tanto em número quanto em valor de mercado de seus unicórnios, Argentina, Brasil, Colômbia e Uruguai estão em pé de igualdade com os países líderes em inovação tecnológica (figura 29). Juntamente com o México, eles representam cerca de 36 unicórnios, de um total de mais de 500 em todo o mundo. Empresas tecnológicas como estas só têm a ganhar com a transformação estrutural acelerada que foi desencadeada pela crise da Covid-19. As histórias dos unicórnios latinos – seus fundadores, os setores em que atuam, suas trajetórias – oferecem valiosos insights sobre a promessa de digitalização para a região (caixa 2).
Figura 29. Muitos unicórnios, mas distribuídos de forma muito desigual entre os países

Valor agregado dos unicórnios
Valor (percentual do PIB)

Fonte: CB Insights e Banco Mundial.
Caixa 2. Os unicórnios latinos

O surgimento de unicórnios é um fenômeno recente na região, com a valorização das startups de tecnologia que surgiram principalmente a partir de 2017. Essas empresas emergentes são tão novas e relativamente desconhecidas que muitas delas ainda não são visualizadas em bancos de dados de unicórnios frequentemente citados. Uma verificação rápida sugere que tendências semelhantes não surgem em outros países em desenvolvimento, onde o setor de tecnologia tem uma história mais longa e já é bem conhecido. Assim, quaisquer números devem ser interpretados com cautela, pois as avaliações são aproximadas e são atualizadas apenas de forma intermitente. Muitas das empresas unicórnio latinas estão perto do limite de US$ 1 bilhão, o que gera alguma incerteza sobre quais incluir na contagem.

A avaliação diferente pela qual as startups de tecnologia são negociadas em bolsa de valores ou adquiridas por outras empresas acrescenta certa arbitrariedade às comparações entre países. Por exemplo, o Nubank do Brasil, um banco exclusivamente online, ainda era privado em 2020, apesar de ter sido avaliado em cerca de US$ 10 bilhões. Por outro lado, as startups mexicanas de tecnologia são frequentemente vendidas antes de atingirem a marca de US$ 100 milhões.


A empresa unicórnio latina com maior financiamento, por alguma margem, é a Rappi da Colômbia, uma plataforma de entrega integrada com mais de US$ 1,7 bilhão em financiamento de capital total, conforme divulgado. É seguida pelo brasileiro Nubank - o único outro unicórnio da região que arrecadou mais de US$ 1 bilhão - e pelo dLocal do Uruguai, uma processadora de pagamentos para fornecedores online. Em sete países da região, no mínimo uma startup de tecnologia arrecadou pelo menos US$ 100 milhões em financiamento. O Ulalá da Argentina, outro banco exclusivamente online, pode estar seguindo os passos de Nubank.

As empresas unicórnio latinas apresentam concentração setorial mais forte do que suas contrapartes no resto do mundo. No total, cerca de 14% delas atuam em serviços financeiros, seguidas de perto pelo comércio online e software e serviços de Internet (13% cada) e por inteligência artificial (9%). Por outro lado, a maioria das empresas da região opera em serviços financeiros, logística e comércio online, com cada um desses três setores respondendo por 27% do número total.

Fonte: CB Insights e relatórios da mídia especializada.
4. Mais energia para a região
A alteração tecnológica pode ser um fator determinante de mudança em setores nos quais as reformas econômicas foram paralisadas. Isso é verdade não apenas para a digitalização, mas também para outras inovações que podem trazer maior concorrência ao mercado e aumentar a eficiência da economia. A produção de eletricidade, setor que passa por profunda transformação em todo o mundo, é um exemplo disso. Como a eletricidade é um insumo para a maioria das atividades econômicas por ser muito importante para o bem-estar doméstico e fundamental para o desenvolvimento sustentável, reduzir seu custo e torná-la mais limpa pode ser transformador.

Em grande parte graças a sua riqueza hidrelétrica, a América Latina e o Caribe têm a energia mais limpa de todas as regiões em desenvolvimento. Ainda há diferenças significativas entre os países, com pequenas ilhas sofrendo com sua dependência do diesel e de óleo combustível. Mas, no geral, dado que o custo de geração a partir de fontes renováveis é menor, a região deveria ter a eletricidade mais barata do mundo em desenvolvimento. Sua vantagem em relação a outras regiões em desenvolvimento até aumentaria caso um imposto hipotético sobre o carbono fosse aplicado entre as regiões para penalizar as emissões.

Em vez disso, a América Latina e o Caribe têm a eletricidade mais cara do mundo em desenvolvimento. Esse paradoxo deve-se, em parte, à alta prevalência de subsídios ao setor de energia em outros lugares. Porém, independentemente do que os outros países em outras regiões fazem, as empresas e famílias da América Latina e do Caribe pagam substancialmente mais pela eletricidade que usam do que custaria para produzi-la com base na matriz de geração existente, e mesmo se um imposto hipotético sobre o carbono fosse incluído no custo.

Exceto em alguns países, a diferença entre os altos preços da eletricidade e os custos de geração potencialmente baixos não se deve à política fiscal. Os impostos indiretos cobrados nas contas de luz raramente ultrapassam 20%. Na maior parte da região, as tarifas de eletricidade são subsidiadas – diretamente no caso dos consumidores de baixa renda, e indiretamente pelo fornecimento de gás natural barato para a geração de eletricidade.

A principal razão pela qual a eletricidade é mais cara na América Latina e no Caribe é a ineficiência de muitos de seus sistemas de eletricidade. Essa ineficiência se manifesta na frequência e duração de quedas de energia, na magnitude das perdas técnicas e comerciais, no excesso de pessoal das concessionárias estatais e no exercício do poder de mercado por parte das geradoras privadas. Entretanto, enfrentar a ineficiência por meio de reformas políticas pode ser desafiador em um momento em que as economias mal estão se recuperando da crise da Covid-19, e após um período de intensa agitação social.

Uma alternativa é alavancar soluções baseadas em tecnologia para aumentar a concorrência no setor, reduzindo os preços da eletricidade e aumentando a parcela gerada a partir de fontes renováveis. Uma dessas soluções é a geração distribuída, que permite que empresas e famílias utilizem suas próprias fontes de energia – tipicamente painéis solares - para vender ou comprar eletricidade da rede, dependendo da hora do dia. A outra é o comércio de eletricidade entre fronteiras, que aproveita as diferenças nacionais na capacidade instalada, nos custos de geração e no momento do pico de demanda para gerar ganhos mútuos. Cada uma dessas soluções tem um potencial considerável, mas apenas se a estrutura institucional correta estiver implantada.
**Eletricidade na sua maioria limpa e potencialmente barata**

A América Latina e o Caribe são generosamente dotados de montanhas e rios, sol e vento, que podem ser aproveitados para gerar eletricidade abundante sem poluir o meio ambiente e sem emitir gases de efeito estufa. De fato, algumas das maiores barragens hidrelétricas do mundo localizam-se nas vastas planícies de seu lado Atlântico, enquanto barragens menores e fios d’água irrigam seu lado Pacifico. Consequentemente, a América Latina e o Caribe têm a matriz de geração de energia mais limpa de todas as regiões em desenvolvimento, produzindo mais da metade de sua eletricidade a partir de fontes renováveis (figura 30).

![Figura 30. A matriz de eletricidade mais limpa do mundo em desenvolvimento](image)

Notas: Números regionais e médias não ponderadas entre os países.
Fonte: IEA World Energy Balance and Statistics

Além de limpa, a hidroeletricidade é também barata de se produzir, e não corre o risco de desestabilizar o sistema porque os fluxos fluviais são altamente previsíveis no curto prazo. A energia solar e eólica são mais intermitentes, pois estão sujeitas às variações climáticas. A intermitência pode elevar o custo de geração, mas a eletricidade dessas fontes também está se tornando cada vez mais barata.

Se a América Latina e o Caribe fossem eficientes no aproveitamento de sua matriz de geração atual, poderiam produzir eletricidade a um custo muito baixo. Isto pode ser visto pela aplicação de índices de geração padrão, computados em sistemas elétricos que funcionam bem em economias avançadas, às várias fontes de energia disponíveis na região (tabela 4). Com base neste exercício, a América Latina e o Caribe poderiam ter a eletricidade mais barata do mundo em desenvolvimento (figura 31a).

A vantagem relativa da região seria ainda maior se o preço da eletricidade fosse aumentado para compensar os gases de efeito estufa emitidos durante a sua produção - como deveria. Na prática, isto pode ser feito adicionando-se aos custos de geração eficiente um imposto hipotético sobre o dióxido de carbono, cobrado sobre cada tonelada de dióxido de carbono (CO₂) liberada na atmosfera. Uma vez que a geração é mais limpa na América Latina e no Caribe do que em outras regiões em desenvolvimento, a adição do imposto sobre o dióxido de carbono também seria menor. Portanto, o custo social da eletricidade deveria ser o mais baixo de todos, por uma margem significativa (figura 31b).
Tabela 4. Custo de geração eficiente e custo social

<table>
<thead>
<tr>
<th>Fuente</th>
<th>Costo nivelado (USD/MWh)</th>
<th>Emissões (CO₂ t/MWh)</th>
<th>Custo social (USD/MWh)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Eólica</td>
<td>45</td>
<td>0</td>
<td>45</td>
</tr>
<tr>
<td>Hidroeléctrica</td>
<td>47</td>
<td>0</td>
<td>47</td>
</tr>
<tr>
<td>Fotovoltaica (solar)</td>
<td>50</td>
<td>0</td>
<td>50</td>
</tr>
<tr>
<td>Biomasa</td>
<td>85</td>
<td>0</td>
<td>85</td>
</tr>
<tr>
<td>Gás natural</td>
<td>74</td>
<td>0.5</td>
<td>94</td>
</tr>
<tr>
<td>Geotérmia</td>
<td>97</td>
<td>0</td>
<td>97</td>
</tr>
<tr>
<td>Solar térmica</td>
<td>140</td>
<td>0</td>
<td>140</td>
</tr>
<tr>
<td>Carbão</td>
<td>102</td>
<td>1</td>
<td>142</td>
</tr>
<tr>
<td>Nuclear</td>
<td>148</td>
<td>0</td>
<td>148</td>
</tr>
<tr>
<td>Óleo diesel/Petróleo</td>
<td>239</td>
<td>1.2</td>
<td>287</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Nota: Com base no custo nivelado de geração, que inclui custos de capital, operação e manutenção durante o ciclo de funcionamento de uma planta. Os fatores de emissão são provenientes de usinas dos EUA. O custo social das emissões de CO₂ é estimado em US$ 40 por tonelada.

Fonte: Lazard e IRENA para custo de geração nivelado por combustível. Haveria ainda diferenças importantes entre os países. O Paraguai e o Uruguai, onde a maior parte da geração é proveniente de fontes renováveis, deveriam ter a eletricidade mais barata. Em pequenas ilhas do Caribe, que dependem muito mais do diesel e de óleo combustível para a geração de energia, pode-se esperar que elas tenham eletricidade muito mais cara.

Figura 31. Custo de geração eficiente como referência

Nota: Os números regionais são médias não ponderadas entre os países.

Fonte: IEA World Energy Statistics and Balances para geração de eletricidade; Lazard e IRENA para custo de geração nivelado por combustível. As razões para essas diferenças de preços entre as jurisdições subnacionais variam entre os países. Na Argentina, as diferenças são causadas pela diversidade de regras de preços entre as províncias. No Brasil, os subsídios foram retirados para que as tarifas de eletricidade reflitam os custos locais de geração e distribuição. E no México, uma tabela complexa de preços residenciais que leva em conta as temperaturas médias contribui para a dispersão.
Eletricidade cara na prática

Comparar os preços reais da eletricidade entre países não é tão simples quanto comparar os custos potenciais de geração. Empresas e famílias normalmente pagam tarifas diferentes, muitas vezes refletindo alguma quantidade de subsídios cruzados. Para cada um dos dois grupos, o preço por quilowatt-hora (KWh) também varia dependendo da quantidade consumida, embora eles o façam em direções opostas. Entre as empresas, as que compram por atacado pagam mais barato. Entre as famílias, as tarifas por bloco e os subsídios beneficiam aquelas cujo consumo fica abaixo de um determinado limite. Os desafios de mensuração desta diversidade de tratamentos são agravados pela falta de bancos de dados com tabelas de preços de eletricidade prontamente disponíveis.

Com estas ressalvas em mente, parece seguro concluir que a América Latina e o Caribe têm a eletricidade mais cara de todas as regiões em desenvolvimento. A comparação exige o foco em clientes bem definidos que sejam de certa forma representativos. Para as empresas, o consumidor de referência escolhido para a análise é um entreposto no mais importante polo econômico de cada país. Para as famílias, o foco é uma família de classe média baixa, cujo consumo típico é de cerca de 300 KWh por mês. Em ambos os casos, o custo por KWh acaba sendo o mais alto entre regiões, independentemente de as pequenas ilhas mais caras estarem incluídas no cálculo (figura 32).

Entretanto, existem importantes diferenças de preço entre os países da região, e elas não correspondem necessariamente à relativa limpeza de suas matrizes elétricas. Por exemplo, alguns dos países que dependem mais de fontes renováveis para geração de energia também podem ter a eletricidade mais cara. Entre os maiores países da região, há também diferenças consideráveis no preço da eletricidade entre os estados (mapa 4).

Figura 32. O preço da eletricidade na prática

O preço pago pelas empresas (US$/MWh)

<table>
<thead>
<tr>
<th>Área Geográfica</th>
<th>Preço pago pelas empresas (US$/MWh)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>América Latina e Caribe</td>
<td>&gt;360</td>
</tr>
<tr>
<td>Oriente Médio e Norte da África</td>
<td>290-360</td>
</tr>
<tr>
<td>África Subsaariana</td>
<td>220-290</td>
</tr>
<tr>
<td>Sul da Ásia</td>
<td>150-220</td>
</tr>
<tr>
<td>Leste da Ásia e Pacífico</td>
<td>00-150</td>
</tr>
<tr>
<td>Europa e Ásia Central</td>
<td>&lt;80</td>
</tr>
</tbody>
</table>

O preço pago pelas famílias (continuação)

<table>
<thead>
<tr>
<th>Área Geográfica</th>
<th>Preço pago pelas famílias (continuação)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Oriente Médio e Norte da África</td>
<td>&gt;290</td>
</tr>
<tr>
<td>Sul da Ásia</td>
<td>220-290</td>
</tr>
<tr>
<td>Europa e Ásia Central</td>
<td>150-220</td>
</tr>
<tr>
<td>Leste da Ásia e Pacífico</td>
<td>80-150</td>
</tr>
<tr>
<td>África Subsaariana</td>
<td>&lt;80</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Nota: Os números regionais são médias não ponderadas entre os países. O preço pago pelas empresas é baseado em um depósito na cidade da atividade principal. O preço pago pelas famílias refere-se a junho de 2020 com base no consumo médio anual; não leva em conta as tarifas sociais.

Fonte: Doing Business (Banco Mundial) para empresas; Global Petrol Prices para famílias.
**O impacto para empresas e famílias**

Os altos preços da eletricidade afetam tanto os negócios quanto a subsistência. Com base nas pesquisas empresariais que o Banco Mundial realiza regularmente, cerca de um terço das empresas na América Latina e no Caribe identificam a eletricidade como uma grande limitação para seu funcionamento (figura 33). É importante notar que as respostas às pesquisas refletem percepções, não necessariamente fatos. Mas a proporção de empresas que reclamam dos serviços de eletricidade - presumivelmente sobre sua qualidade e custo - é maior do que na Europa e Ásia Central, e muito maior do que na Ásia Oriental e no Pacífico.

Com relação às famílias, é animador o fato de que mais de 90% delas tenham acesso à eletricidade na América Latina e no Caribe, à frente da maioria das outras regiões em desenvolvimento. Mas Bolívia, El Salvador, Peru e República Dominicana continuam com importantes lacunas de cobertura. Os números são enganosos neste último caso, pois muitas famílias dependem de geradores domésticos a diesel, dada a falta de confiabilidade do fornecimento de eletricidade. A privação mais dramática é no Haiti, onde o índice de acesso à eletricidade é de cerca de 40%.

Para a grande maioria com acesso à rede, o preço acessível é um fator-chave. Em toda a região, as tarifas por bloco asseguram um custo mais baixo de eletricidade para famílias que não consomem muito, enquanto as tarifas sociais subsidiam grupos específicos da população, tais como pensionistas ou beneficiários de programas sociais. Uma maneira prática de avaliar a eficácia dessas medidas é calcular o preço médio por KWh pago pelos entrevistados das pesquisas de gastos domésticos, dependendo da renda de suas famílias. As informações necessárias estão disponíveis apenas para alguns países. No entanto, os resultados sugerem que, apesar dos esforços, o preço da eletricidade é apenas ligeiramente progressivo na América Latina e no Caribe (figura 34).

Por sua vez, a carga total das contas de eletricidade é muitas vezes regressiva. Neste sentido, há duas forças em jogo. Por um lado, as famílias mais ricas pagam geralmente mais por KWh consumido, conforme acabou de ser demonstrado. E por serem mais ricas, elas também tendem a consumir mais eletricidade. Mas, por outro lado, o próprio fato de serem mais ricas significa que suas receitas e despesas também são mais altas. Consequentemente, o numerador e o denominador aumentam com a renda familiar, com o efeito líquido dessas duas forças variando entre os países. Na República Dominicana, El Salvador ou Peru, as famílias mais pobres dedicam uma proporção menor de seus recursos ao pagamento das contas de eletricidade. Entretanto, em muitos países da América Latina e do Caribe, a carga geral das contas de eletricidade é mais pesada para os pobres (figura 35).
Figura 33. Eletricidade como uma limitação percebida pelas empresas

Empresas que identificam a electricidade como um grande limitador (percentual)

Nota: Os números regionais são médias não ponderada entre os países. A amostra inclui pesquisas realizadas em 2014 ou posteriormente.
Fonte: Pesquisas empresariais (Banco Mundial).

Figura 34. Fórmulas de preços complexas não garantem progressividade

Nota: Os números mostram o preço mínimo, máximo e médio pago pelas famílias em cada decil, sendo 1 o mais pobre e 10 o mais rico. As caixas indicam a faixa de preço relevante para 95% das famílias.
Fonte: Pesquisas nacionais sobre despesas das famílias.

Figura 35. As contas de luz respondem por uma parcela significativa das despesas das famílias

Nota: 1 é o mais pobre e 10 o mais rico
Fonte: Pesquisas nacionais sobre despesas das famílias.
**Tributação e subsídio à eletricidade**

O fato de os países da América Latina e do Caribe cobrarem mais pela eletricidade, embora tenham potencialmente os custos de geração mais baixos, pode ser atribuído em parte a escolhas políticas em outras regiões. Uma razão importante pela qual a eletricidade é mais barata em outros lugares é o peso diferente dos subsídios de energia em todo o mundo. O subsídio direto de eletricidade é comum em áreas da Europa e Ásia Central, Oriente Médio e Norte da África, e Sul da Ásia. Ainda mais importante é o menor custo de geração de eletricidade possibilitado pelos subsídios aos combustíveis a montante, incluindo carvão, diesel e gás (Coady et al. 2017).

Independente de que os outros fazem, o preço médio da eletricidade pago pelas empresas na América Latina e no Caribe é 2,1 vezes o custo de geração eficiente, e a proporção sobe para 2,9 no caso das famílias. Estas proporções caem para 1,8 e 2,5 se o custo social de geração, incluindo o hipotético imposto sobre o carbono, for considerado em seu lugar. Acredita-se que a geração seja apenas parte do custo de entrega de eletricidade aos consumidores finais. Com base nas economias avançadas como referência, talvez mais 60% devam ser adicionados. Mas, mesmo assim, uma lacuna substancial permanecerá.

Escolhas políticas têm influência na lacuna entre os preços e os custos de eletricidade na região. Algumas dessas escolhas estão relacionadas à tributação e subsídios. As vendas de eletricidade normalmente estão sujeitas ao imposto sobre Valor Agregado (IVA) e ao imposto sobre consumo. As alíquotas de impostos correspondentes podem ser específicas para o setor, mas geralmente se aplicam a todos os consumidores. Ao mesmo tempo, alguns consumidores (especialmente famílias de renda mais baixa) também podem se beneficiar de subsídios.

Em virtude deste tratamento fiscal heterogêneo, a avaliação da carga fiscal sobre os preços da eletricidade em todos os países requer o foco em um consumidor bem definido. Consideremos um consumo médio relativamente baixo de 100 KWh por mês, para captar melhor o significado dos subsídios em toda a região.

Para este tipo de consumidor, as alíquotas de impostos sobre eletricidade raramente ultrapassam 20% e, em geral, são nulas. E na maior parte da América Latina e do Caribe elas são compensadas por subsídios. A alíquota líquida de subsídio à eletricidade ultrapassa 20% em dez países da região e 40% em cinco deles (figura 36).

![Figura 36. Da carga tributária elevada aos grandes subsídios](image)

**Figura 36. Da carga tributária elevada aos grandes subsídios**

Nota: O cálculo para a Bolívia foi de 70 kWh, que é o teto do programa de subsídios. A Colômbia fica no Estrato 1, que é o segmento mais subsidiado. O cálculo para o México usa a tarifa 1 versus a tarifa 1F.

Fonte: Agências reguladoras nacionais, Indicadores Mundiais de Desenvolvimento
Em alguns países, o custo adicional de eletricidade decorrente da tributação pode ser até mesmo inferior ao que o exercício acima sugere. O gás natural é utilizado como combustível para geração de eletricidade em partes da região, e seu preço é frequentemente influenciado pelos governos – diretamente por meio de regulamentação ou indiretamente por meio das decisões de preços das empresas paraestatais envolvidas na sua exploração. Na América Latina e no Caribe, o gás natural é geralmente vendido a um preço mais baixo para a geração de energia do que para outros usos, o que equivale a um subsídio adicional de eletricidade (figura 37).

No entanto, a sobretaxa fiscal líquida incidente sobre a eletricidade também pode ser mais elevada na prática do que sugere esta análise. Os subsídios teriam sido menores se o cliente de referência tivesse consumido 300 KWh por mês, a referência escolhida para comparação dos preços da eletricidade entre os países. Além disso, o exercício não inclui impostos municipais cobrados em contas de eletricidade ou taxas setoriais. O impacto líquido desses outros encargos é significativo na Argentina e no Brasil.

**Figura 37. O gás para geração de eletricidade é altamente subsidiado**

![Gráfico da figura 37. Preço do gás por milhão de BTU.](image)

Outros mecanismos de transferência que não envolvam tributação explícita também podem estar em ação. Quando os governos estabelecem tarifas de eletricidade e são donos das concessionárias de energia elétrica, podem aumentar as primeiras para tornar as segundas mais lucrativas. Uma boa prática é a distribuição de lucros aos acionistas, o que nesse caso equivale a transferir a receita das altas tarifas para o orçamento do governo. Na América Latina e no Caribe, a taxa de imposto implícita neste mecanismo de transferência não é insignificante no caso do Paraguai, e muito significativa no Uruguai (figura 38).

**Figura 38. Tarifas de eletricidade como fontes de receita parafiscal**

![Gráfico da figura 38.](image)

Fonte: Demonstrações financeiras da UTE (para o Uruguai) e memórias anuais da ANDE para o Paraguai
Custos decorrentes da ineficiência

Medidas fiscais e parafiscais podem ser responsáveis por parte da diferença entre os custos de geração eficiente e os preços reais da eletricidade na América Latina e no Caribe, talvez até mesmo pela maior parte da diferença em alguns países, mas certamente não por todo. Em muitos casos, a simples ineficiência também está em jogo. Durante várias décadas, a região fez mais progressos na reforma do setor elétrico do que o resto do mundo em desenvolvimento (Foster e Rana 2020). Entretanto, o progresso tem sido desigual entre os países, e quase inexistente em alguns. Também estagnou nos últimos anos e, em alguns países, importantes reformas do setor elétrico foram totalmente invertidas.

As quedas de energia são um indicador simples de ineficiência. Sua frequência e duração são menores na América Latina e no Caribe do que em outras regiões em desenvolvimento, mas ainda são maiores do que no Oriente Médio e no Norte da África, e na Europa e Ásia Central. Dentro da região, os países com pior desempenho são os da Bacia do Caribe e da América Central (figura 39).

Outro indicador de ineficiência é a parcela de eletricidade que se perde devido a falhas técnicas e à incapacidade ou relutância em cobrar o pagamento dos clientes. As perdas técnicas e comerciais médias são duas vezes mais altas na América Latina e no Caribe do que no resto do mundo. Elas representam 8% ou menos da produção total de eletricidade - uma referência técnica padrão - em apenas cinco países da região. Em outros cinco, um quarto ou mais da produção é perdido, roubado ou implicitamente doado aos consumidores (figura 40).

O excesso de pessoal é mais uma manifestação de ineficiência. Na América Latina e no Caribe, tal excesso é comum nas empresas estatais, cujas funções podem ser mais facilmente transformadas em ferramenta para uso político. A quantidade de pessoal por GWh de eletricidade vendido varia consideravelmente entre as empresas de distribuição nos mesmos países (figura 41).

Por fim, há casos em que as reformas foram implementadas, as políticas foram bem concebidas e os reguladores são altamente capazes, mas os principais atores ainda podem exercer um poder de mercado considerável. A Colômbia é um bom exemplo. Seu mecanismo de confiabilidade (um incentivo para produzir durante períodos de escassez do sistema) é frequentemente visto como um modelo que está sendo replicado em outros países. Ainda assim, as geradoras de energia são capazes de reter a produção e criar uma condição de escassez, levando a um custo maior de eletricidade (McRae e Wolak 2017).
Figura 40. Grandes perdas técnicas e comerciais na distribuição

Perdas de electricidade em 2019 (percentual da produção total energia)

Fonte: ECLAC, IEA, Organização Latino Americana de Energia (OLADE).

Figura 41. Excesso de pessoal nas concessionárias de serviços públicos

Nota: Dados referentes a 2019 no caso do Brasil e a 2018 para o Peru. Concessionárias de distribuição privadas estão destacadas em vermelho e as públicas, em azul.
Fonte: Vagliasindi (2021)

**Tirando o máximo proveito da geração distribuída**

As ineficiências discutidas acima justificam a continuação da reforma dos sistemas do setor elétrico na América Latina e no Caribe. Mas fazer isso pode ser difícil quando as economias ainda nem se recuperaram da dramática crise da Covid-19, e após um período de grande inquietação social. Uma alternativa às reformas políticas explícitas é tirar proveito da tecnologia para gerar mudanças e atrair maior concorrência para o sistema elétrico. Enquanto isso, tal mudança também deveria aumentar consideravelmente a quota de energias renováveis na geração total.
A geração distribuída é uma dessas tecnologias promissoras. A maioria dos sistemas elétricos compreende apenas alguns grandes geradores de energia, tais como barragens hidrelétricas ou usinas termelétricas. Mas empresas como fábricas de celulose e usinas de açúcar muitas vezes geram eletricidade para uso próprio, às vezes além de suas próprias necessidades. Além disso, é cada vez mais viável para as famílias instalarem sistemas solares no telhado e consumir sua própria eletricidade. Portanto, enquanto a grande capacidade de armazenamento de baterias não estiver disponível, os sistemas solares domésticos têm excesso de capacidade de geração durante o dia, quando o sol está brilhando, mas poucos membros da família estão em casa.

Portanto, é possível prever uma transição energética, passando de algumas dezenas de grandes concessionárias para milhões de unidades privadas menores que vendem eletricidade para a rede ou compram dela dependendo do horário do dia ou do mês. As grandes unidades podem sofrer perdas técnicas e comerciais, além do excesso de pessoal, e podem abusar de seu poder de mercado se as condições o permitirem. Mas nada disso deveria acontecer nas unidades privadas menores. Portanto, à medida que sua participação na geração total aumenta, a eficiência geral do sistema deve aumentar. Uma vez que as unidades privadas menores geralmente dependem de painéis solares, a parcela de eletricidade produzida a partir de fontes renováveis também aumentaria.

Este não é apenas um cenário hipotético, pois a capacidade de geração distribuída está se expandindo rapidamente na América Latina e no Caribe (figura 42). No entanto, se as políticas em vigor para unidades descentralizadas de compra e venda de eletricidade não forem bem concebidas, esta tendência pode não fazer a diferença ou, o que é pior, tornar-se uma fonte de novos problemas. Uma questão importante é a determinação do preço de compra e venda da eletricidade pela rede.

**Figura 42. A geração distribuída está ganhando impulso na região**

Uma opção, conhecida como medição líquida (net metering), é que as empresas ou famílias paguem (ou sejam reembolsadas) pela diferença entre o KWh que compram e vendem durante o mês. Esta opção tem a vantagem da simplicidade, pois é muito fácil entender seu funcionamento. Mas também apresenta sérias deficiências. As famílias com placas de aquecimento solar no telhado vendem eletricidade para a rede durante o dia, quando o custo de geração é baixo. Ao fazê-lo, eles podem substituir geradores de energia como as represas hidroelétricas, cujos custos de investimento ainda estão sendo recuperados. Essas mesmas famílias normalmente compram da rede à noite, quando é muito mais caro produzir eletricidade porque a capacidade de geração da carga de base é insuficiente para atender a demanda.

Sendo assim, a medição líquida pode significar uma transferência significativa de recursos dos sistemas elétricos para empresas e famílias. Isto pode criar um forte incentivo para o desenvolvimento de fontes de energia renováveis. Mas também pode ser uma fonte de tensão financeira para as concessionárias de energia existentes, que talvez
precisem ser socorridas. A melhor maneira de incentivar as empresas e famílias a participarem da geração limpa e distribuída é subsidiar os investimentos necessários, pelo menos até que uma capacidade crítica de geração seja alcançada.

A alternativa à medição líquida é o faturamento líquido, onde o preço pelo qual um KWh é vendido para a rede não é necessariamente o mesmo pelo qual é comprado. Neste sentido, a hora do dia ou o mês do ano é importante.

Embora a maioria dos países da região tenha estabelecido estruturas políticas para a geração distribuída, até o momento, nem todos os que o fizeram adotaram o faturamento líquido (tabela 5). Evidentemente, o estabelecimento do preço correto para vender electricidade à rede pode não ser uma tarefa simples. Entretanto, quanto mais tempo a região permanecer na medição líquida, maior será a população que desfrutará da transferência implícita de recursos do sistema elétrico. A mudança para uma abordagem mais eficiente de faturamento líquido, onde os preços da electricidade estejam alinhados com os custos de geração e transmissão, pode ser politicamente viável agora. Reverter as políticas que geram renda poderia ser mais desafiador uma vez que os beneficiários tenham se tornado um grande grupo de interesse.

A promessa da comercialização de energia

Outro mecanismo para aumentar a concorrência nos sistemas elétricos nacionais é o comércio internacional de eletricidade. A América Latina e o Caribe são a região em desenvolvimento com a melhor infraestrutura de interconexão entre os países (mapa 5). Já existem várias linhas de transmissão na América Central, nos Andes e na sub-região atlântica. Várias outras estão em construção ou foram planejadas. Dado o tamanho da região, um mercado de eletricidade totalmente integrado (como na União Europeia) seria provavelmente ineficiente do ponto de vista técnico. Mas três mercados sub-regionais podem certamente ser previstos.

O comércio internacional de eletricidade pode aumentar a eficiência por três razões. A primeira é que países diferentes têm diferentes capacidades de geração excedente em relação às suas necessidades (figura 43). Aqueles com excedentes sistêmicos ganhariam se pudessem exportar sua eletricidade, enquanto aqueles que enfrentam escassez se beneficiariam da importação. Os excedentes também evoluem com o tempo, de maneiras previsíveis. Por exemplo, o consumo de eletricidade vem crescendo rapidamente no Paraguai, reduzindo o excedente disponível para vendas no exterior. Mas a demanda de eletricidade também está crescendo rapidamente no Brasil, o que cria oportunidades de exportação para os países vizinhos Argentina, Bolívia, Chile e Uruguai.

Uma segunda fonte potencial de ganhos mútuos é a diferença no custo de geração entre países. A electricidade tende a ser mais barata quando a matriz de geração é mais limpa, assim como em países onde a eficiência geral do sistema é maior. Ao apoiar a importação de eletricidade de países onde a geração de energia é mais barata, o comércio internacional pode levar a uma maior dependência geral da energia renovável, tornando assim a recuperação mais ecológica. Também pode permitir que países onde a reforma do sistema elétrico tem sido politicamente difícil “importem” eficiência de vizinhos com reformas bem sucedidas.

Tabela 5. A regulamentação da geração distribuída pode implicar subsídios implícitos

<table>
<thead>
<tr>
<th>País</th>
<th>Medição líquida</th>
<th>Faturamento líquido</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Argentina</td>
<td>Não</td>
<td>Sim</td>
</tr>
<tr>
<td>Barbados</td>
<td>Não</td>
<td>Sim</td>
</tr>
<tr>
<td>Brasil</td>
<td>Sim</td>
<td>Não</td>
</tr>
<tr>
<td>Chile</td>
<td>Não</td>
<td>Sim</td>
</tr>
<tr>
<td>Colombia</td>
<td>Não</td>
<td>Sim</td>
</tr>
<tr>
<td>Costa Rica</td>
<td>Sim</td>
<td>Não</td>
</tr>
<tr>
<td>República Dominicana</td>
<td>Sim</td>
<td>Não</td>
</tr>
<tr>
<td>El Salvador</td>
<td>Sim</td>
<td>Não</td>
</tr>
<tr>
<td>Guatemala</td>
<td>Sim</td>
<td>Sim</td>
</tr>
<tr>
<td>Jamaica</td>
<td>Não</td>
<td>Sim</td>
</tr>
<tr>
<td>México</td>
<td>Não</td>
<td>Sim</td>
</tr>
<tr>
<td>Nicarágua</td>
<td>Não</td>
<td>Sim</td>
</tr>
<tr>
<td>Panamá</td>
<td>Não</td>
<td>Sim</td>
</tr>
<tr>
<td>Perú</td>
<td>Sim</td>
<td>Sim</td>
</tr>
<tr>
<td>Uruguai</td>
<td>Não</td>
<td>Sim</td>
</tr>
<tr>
<td>Surinam</td>
<td>Sim</td>
<td>Não</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Fonte: Banco Mundial
A terceira razão pela qual o comércio internacional pode ser mutuamente benéfico é o perfil temporal potencialmente diversificado do consumo de eletricidade entre países. Juntamente com o clima, as características econômicas e sociais determinam a sazonalidade do uso da eletricidade durante o ano e a distribuição dos picos de demanda durante o dia (figura 44). Em uma região geograficamente vasta, como a América Latina e o Caribe, os fusos horários são uma fonte adicional de complementaridade, já que o sol pode se pôr com várias horas de diferença em países vizinhos. Estes perfis de consumo diversos suportam exportações de eletricidade mutuamente vantajosas em direções opostas dependendo da hora do dia ou do mês.
Figura 44. Diferentes padrões de consumo de eletricidade tornam o comércio mutuamente benéfico

Nota: As médias diárias e mensais são estabelecidas como iguais a 100.
Fonte: Chattopadhyay e Timilsina (2021)
Informações sobre a capacidade instalada, custos de geração e perfis de consumo entre países podem ser usadas para simular o quanto poderia ser ganho com o comércio internacional de eletricidade. Um estudo de fundo para este relatório estima os ganhos referentes à situação atual. A simulação pressupõe que as linhas de transmissão dentro de cada uma das três sub-regiões tornam-se suficientes para apoiar qualquer comércio de eletricidade mutuamente vantajoso (Chattopadhyay e Timilsina 2021).

Os resultados demonstram que os ganhos do comércio sub-regional poderiam ser significativos, e o preço da eletricidade cairia em cada uma das três sub-regiões (figura 45). A sub-região andina seria a mais beneficiada com uma queda no preço da eletricidade de 23,4% em média. Os ganhos seriam mais modestos na sub-região Central. Para as três sub-regiões combinadas, os benefícios da transmissão necessária seriam 6,1 vezes superiores aos custos.

**Figura 45. Ganhos com o comércio de eletricidade em cenários alternativos**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Sub-região</th>
<th>Ganhos anuais do comércio (US$ milhões)</th>
<th>Preço médio da eletricidade (US$ / MWh)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Andino</td>
<td>883</td>
<td>14.7</td>
</tr>
<tr>
<td>Central</td>
<td>176</td>
<td>11.3</td>
</tr>
<tr>
<td>Sul</td>
<td>448</td>
<td>26.8</td>
</tr>
<tr>
<td>Linha de base</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Comércio Sub-regional</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

Nota: Os números indicam o custo médio de curto prazo, excluindo-se o custo de capital.
Fonte: Chattopadhyay e Timilsina (2021)

No entanto, a capacidade das linhas de transmissão internacionais não é a principal restrição ao comércio internacional de eletricidade. A celebração de acordos institucionais que tornam o comércio possível pode exigir mais esforços. Estes acordos tratam de questões como o compromisso de compra efetiva da eletricidade de um país vizinho, e o preço das transações.
Resumos por país
Argentina

**Acontecimentos Recentes**

A recuperação econômica começou no 4T2020, embora tenha sido muito heterogênea entre setores e grupos populacionais. Mais de 20.000 empresas fecharam em 2020. O impacto negativo da crise no desempenho do mercado de trabalho foi ainda mais severo, já que a renda familiar continuou a cair em toda a distribuição. Apesar da recuperação da atividade econômica, as taxas de desemprego ainda não diminuíram significativamente entre as mulheres e os jovens, e mais de 1,4 milhão estão desempregados no momento. Depois de ter desacelerado para 36% em 2020 devida ao lockdown, a inflação está aumentando junto com a recuperação econômica, apesar dos controles de preços rígidos, que reduzem o ritmo e a força da recuperação. Por meio de uma série de intervenções e controles adicionais, as autoridades conseguiram estabilizar recentemente a diferença entre os mercados de câmbio oficial e paralelo, embora em níveis elevados de cerca de 50-60%, em um contexto de reservas do Banco Central historicamente baixas. As reservas líquidas caíram US$ 8 bilhões em 2020 e em meados de fevereiro foram estimadas em US$ 4,9 bilhões (1,6% do PIB).

**Perspectiva**

A projeção é de que o PIB se recupere 6,4% em 2021, devido ao forte efeito do transporte de valores do 4T2020 (cerca de 5,5%) e à medida que grande capacidade ociosa for utilizada progressivamente. O preço e os controles de capital correm o risco de amortecer o investimento e a renovação do estoque de capital. Prevê-se que o PIB atinja seu nível final de 2019 apenas em 2023 e que as taxas de pobreza diminuam modestamente à medida que a recuperação econômica se concretizar. Em 2021, projeta-se que 15,8% da população serão considerados abaixo da linha de pobreza internacional de US$ 5,5 por dia. É necessário um desempenho mais forte do mercado de trabalho para reverter os aumentos recentes da pobreza. Os altos preços das commodities devem aliviar o impacto negativo do "La Niña" na produção agrícola, levando a ganhos substanciais e inesperados em moeda estrangeira, o que apoiaria um superávit de conta corrente e receitas do governo em 2021. O fim dos gastos de estímulo devida à pandemia da Covid-19 juntamente com aumentos na arrecadação de receitas, à medida que a economia se recupera, também contribuirá para a redução do déficit fiscal de 2,5 p.p. do PIB em 2021. A monetização parcial do Banco Central para as necessidades fiscais gerais deve continuar em 2021, diante da falta de acesso aos mercados, pressionando a política monetária e, portanto, a inflação e a estabilidade externa. Um acordo sobre um novo programa do FMI que restaure a sustentabilidade fiscal e forneça as reformas para o crescimento de longo prazo ajudaria a renovar a confiança, reduziria o risco soberano, facilitaria o retorno aos mercados de crédito e incentivaria os investimentos.

**Riscos e Desafios**

A economia argentina vem lutando para crescer desde o final do superciclo das commodities, acumulando desequilíbrios fiscais e externos que levaram a uma inflação alta e volátil, baixo nível de investimento e deterioração progressiva dos resultados do mercado de trabalho. A pandemia da Covid-19 explodiu após uma recessão de dois anos. Em abril de 2020, o PIB registrou a maior contração de sua história, levando a uma queda acentuada do emprego e fechamentos de empresas. Apesar dos efeitos atenuantes do aumento dos gastos em programas sociais, a proporção de pessoas abaixo da linha de pobreza nacional ultrapassou os 40%. O pacote fiscal de emergência e as receitas mais baixas resultaram em um déficit historicamente grande. A crise e a perda de acesso aos mercados levaram à monetização total, exacerbando os desequilíbrios macroeconômicos. Com a retomada da atividade econômica, esse excessivo monetário causou um aumento da volatilidade das taxas de câmbio e aumento da inflação. Além de superar a crise da Covid-19, a implementação de um programa macroeconômico sólido continua sendo prioridade crucial para reduzir a inflação, restaurar a confiança e colocar a economia em um caminho sustentável. No médio prazo, a recente troca de dívida com credores privados - reformulando o perfil das obrigações do serviço da dívida e pequenos cortes no principal - exige a rápida implementação de reformas para garantir a sustentabilidade fiscal e recuperar o acesso aos mercados de capitais.

### Principais Indicadores Macroeconômicos

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Crescimento real do PIB a preços de mercado constantes</td>
<td>1,8</td>
<td>1,4</td>
<td>-4,1</td>
<td>3,0</td>
<td>2,5</td>
<td>2,3</td>
</tr>
<tr>
<td>Saldo em conta corrente (percentual do PIB)</td>
<td>-2,2</td>
<td>-2,7</td>
<td>-0,9</td>
<td>-1,5</td>
<td>-2,1</td>
<td>-2,5</td>
</tr>
<tr>
<td>Saldo fiscal (percentual do PIB)</td>
<td>-75</td>
<td>-6,6</td>
<td>-14,2</td>
<td>-6,2</td>
<td>-6,8</td>
<td>-6,4</td>
</tr>
<tr>
<td>Dívida pública (percentual do PIB)</td>
<td>75,3</td>
<td>74,3</td>
<td>88,6</td>
<td>89,7</td>
<td>91,1</td>
<td>92,5</td>
</tr>
<tr>
<td>Índice de pobreza (US$5,5 por dia em PPP 2011)</td>
<td>19,8</td>
<td>19,6</td>
<td>10,9</td>
<td>20,1</td>
<td>19,9</td>
<td>19,7</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Fonte: Banco Mundial.

Notas: e = estimativa, p = previsão.


(b) Projeção utilizando elasticidade média (2016-2018) com repasse = 0,9 com base no PIB per capita em LCU (unidade de moeda local) constante.
Brasil

**Acontecimentos Recentes**

A economia brasileira registrou contração de 4,1% em 2020. O programa de auxílio emergencial amorteceu a queda e apoiou uma recuperação liderada pelo consumo. As vendas da indústria e do varejo seguiram o exemplo, ultrapassando os níveis pré-pandemia no final de 2020. Enquanto isso, os serviços, que são importantes para a criação de empregos, permanecem fracos, já que o alto número de casos do vírus no Brasil continua afetando as atividades presenciais. A agricultura expandiu-se, tendo em vista a alta nos preços das commodities e a taxa de câmbio enfraquecida. O mercado de trabalho deteriorou-se: o desemprego subiu 2,3 p.p. e atingiu 13,9% em dezembro, e a participação da força de trabalho caiu 5,1 p.p. em 2020. O déficit em conta corrente diminuiu de 2,7% em 2019 para 0,9% em 2020, e os fluxos de investimento estrangeiro direto (IED) se mantiveram estáveis. A inflação acelerou na segunda metade de 2020, com aumento de 15% nos preços dos alimentos. A expansão fiscal de 11,2% do PIB fez com que o déficit primário subisse de 0,8% do PIB em dezembro de 2019 para 9,5% em 2020. Como resultado, a dívida pública saltou para 88,6% em 2020. Os efeitos da pandemia no mercado de trabalho causaram queda na renda das famílias, percebida em toda a distribuição de renda. Por outro lado, o aumento nas transferências de renda levou a uma redução projetada da pobreza para 10,9% (para US$ 5,5, linha de paridade do poder de compra (PPC) de 2011) e 1,4% (ou 3,2 milhões de pessoas) vivendo em extrema pobreza (US$ 1,90 PPC).

**Perspectiva**

Em 2021, espera-se uma recuperação parcial do PIB de 3,0%, uma vez que os valores transportados são altos, enquanto o ressurgimento da pandemia prejudicará a atividade no primeiro semestre. A indústria vai liderar essa recuperação, enquanto o desemprego do setor de serviços depende da campanha de vacinação, que deve acelerar-se ao longo do ano. O crescimento da mineração e da agricultura será apoiado pela melhoria das condições externas. A recuperação em curso deve continuar em 2022 (+2,5%) e 2023 (+2,3%). Prevê-se que a redução da pobreza seja limitada. Sem o mercado de trabalho para absorver trabalhadores desempregados, a renda do trabalho estagnará e a redução da pobreza provavelmente será temporária. Em 2021, as taxas de pobreza (em US$ 5,50 PPC em 2011) estão projetadas em níveis um pouco mais altos do que antes da Covid-19 e retornam a 19,7% em 2023. A inflação deve ultrapassar a meta oficial de 3,75% em 2021 devido à pressão contínua dos preços dos alimentos. O Banco Central reagiu com um aumento de 75 pontos base na taxa de juros em março, elevando-a para 2,75%. A recente renovação do Auxílio Emergencial agravará a pobreza para 0,6% do PIB ao déficit primário projetado anteriormente para 2,4% do PIB em 2021, mas ajudará no consumo das famílias e reduzirá o aumento da dívida. A dívida bruta total chegara a 89,7%. A recuperação do mercado de trabalho está em risco, já que a criação de empregos depende de um cenário de recuperação sustentada de projetos e de implementação de reformas estruturais.

**Riscos e Desafios**

Na última década, a economia brasileira cresceu em média 1,4% ao ano (0,6% per capita). A maior parte do crescimento nos últimos dez anos foi impulsionada por dados demográficos favoráveis, enquanto o fator de produtividade total diminuiu devido a gargalos estruturais. Mesmo assim, o país promoveu projetos importantes como a reforma trabalhista e previdenciária, um novo marco legal para o saneamento, mudanças na lei de falências e a independência do Banco Central. O orçamento público esteve sob pressão crescente devido ao alto nível de despesas correntes obrigatórias e ao aumento de obrigações com aposentadorias. A economia ainda estava se recuperando da profunda recessão de 2015 e 2016, quando foi atingida pela crise da Covid-19, que aumentou os níveis de pobreza e desigualdade para além dos que se seguiram à recessão de 2015/16. A crise agravou os desafios do Brasil na redução da pobreza. A grande resposta fiscal federal por meio do programa de transferência direta Auxílio Emergencial levou à redução da pobreza e da desigualdade em 2020. Outras reformas necessárias incluem a liberalização do comércio, a privatização de empresas públicas, o sistema tributário, a flexibilização dos gastos públicos e a carreira dos funcionários públicos.

**Principais Indicadores Macroeconômicos**

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Crescimento real do PIB a preços de mercado constantes</td>
<td>1,8</td>
<td>1,4</td>
<td>-4,1</td>
<td>3,0</td>
<td>2,5</td>
<td>2,3</td>
</tr>
<tr>
<td>Saldo em conta corrente (percentual do PIB)</td>
<td>-2,2</td>
<td>-2,7</td>
<td>-0,9</td>
<td>-1,5</td>
<td>-2,1</td>
<td>-2,5</td>
</tr>
<tr>
<td>Saldo fiscal (percentual do PIB)</td>
<td>-7,5</td>
<td>-6,6</td>
<td>-14,2</td>
<td>-6,2</td>
<td>-6,8</td>
<td>-6,4</td>
</tr>
<tr>
<td>Dívida pública (percentual do PIB)</td>
<td>75,3</td>
<td>74,3</td>
<td>88,6</td>
<td>89,7</td>
<td>91,1</td>
<td>92,5</td>
</tr>
<tr>
<td>Índice de pobreza (US$5,5 por dia em PPP 2011)</td>
<td>19,8</td>
<td>19,6</td>
<td>10,9</td>
<td>20,1</td>
<td>19,9</td>
<td>19,7</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Fonte: Banco Mundial.

Notas: e = estimativa, p = previsão.
México

**Acontecimentos Recentes**
O PIB registrou queda de 8,2% em 2020, com redução acentuada no primeiro semestre de 2020, pois os choques de oferta e demanda decorrentes da pandemia da Covid-19 tiveram impacto em toda a economia. A recuperação começou no segundo semestre de 2020, quando as restrições à mobilidade diminuíram no mercado interno e uma reativação gradual da demanda de exportação para os EUA teve início. Em dezembro de 2020, 3 milhões de empregos foram recuperados, mas ainda há defasagem de 3,2 milhões de empregos (-5,8%) em comparação a dezembro de 2019. Foi registrado superávit em conta corrente de 2,5% do PIB em 2020, causado por uma retração das importações maior do que o declínio nas exportações. Como em crises anteriores, as remessas também apoiaram essa dinâmica com um aumento em relação a 2019. As políticas monetária e financeira desempenharam um papel fundamental na ajuda à economia. Com a inflação de 3,4% em 2020 e as expectativas de médio prazo dentro da faixa de tolerância do Banco Central (3% ± 1%), o corte nas taxas de juros continuou (de 7,25% para 4,0% entre fevereiro de 2020 e fevereiro de 2021). O setor financeiro foi apoiado por grande liquidez e facilidades de crédito e um programa regulatório de tolerância. A resposta fiscal foi limitada (abaixo de 1% do PIB), focada em pequenos créditos para PMEs, o setor informal e transferências de renda destinadas a grupos vulneráveis. A balança fiscal do México fechou em -3,9% do PIB, impulsionada por um aumento moderado nos gastos públicos e receitas constantes alimentadas por fortes medidas de administração tributária e acordos fiscais com grandes empresas. A dívida pública como proporção do PIB teve um aumento não recorrente considerável, em virtude do déficit, da reavaliação da dívida em moeda estrangeira e da queda do PIB.

**Perspectiva**

**Riscos e Desafios**
A recuperação em 2021 depende da velocidade da vacinação, do crescimento dos EUA e da recuperação do mercado de trabalho. No entanto, para permitir uma recuperação maior e sustentada no médio prazo, o país também precisará enfrentar alguns dos maiores desafios pré-crise para o crescimento e inclusão, que, ao mesmo tempo, são gargalos para a criação de empregos no momento. Eles incluem acesso ao financiamento, redução da carga regulatória, organização de infraestrutura resiliente, melhoria dos serviços públicos e facilitação do acesso ao mercado de trabalho. No curto prazo, a incerteza sobre a dinâmica da pandemia continuará pesando sobre a demanda interna até que grande parte da população seja vacinada. A recuperação gradual do emprego e do rendimento do trabalho, juntamente com as transferências de renda, levem à redução gradual da pobreza monetária em 2021 e 2022. O ritmo de vacinação será crítico para a velocidade da recuperação econômica. Além disso, o investimento privado pode ser significativamente afetado se as reformas propostas referentes ao envolvimento do setor privado, em especial no setor de energia, não forem alteradas.

**Principais Indicadores Macroeconômicos**

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Crescimento real do PIB a preços de mercado constantes</td>
<td>2.2</td>
<td>-0.1</td>
<td>-8.2</td>
<td>4.5</td>
<td>3.0</td>
<td>2.5</td>
</tr>
<tr>
<td>Saldo em conta corrente (percentual do PIB)</td>
<td>-21</td>
<td>-0.3</td>
<td>2.5</td>
<td>0.6</td>
<td>-0.5</td>
<td>-1.4</td>
</tr>
<tr>
<td>Saldo fiscal (percentual do PIB)</td>
<td>-2.2</td>
<td>-2.3</td>
<td>-3.9</td>
<td>-3.3</td>
<td>-3.2</td>
<td>-3.1</td>
</tr>
<tr>
<td>Dívida pública (percentual do PIB)</td>
<td>44.9</td>
<td>44.5</td>
<td>52.3</td>
<td>51.4</td>
<td>51.2</td>
<td>51.1</td>
</tr>
<tr>
<td>Índice de pobreza (US$5,5 por dia em PPP 2011)</td>
<td>227</td>
<td>207</td>
<td>248</td>
<td>221</td>
<td>211</td>
<td>20.2</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Fonte: Banco Mundial.


Perspectiva Recursos e Desafios
Bahamas

Estima-se que o PIB tenha registrado queda de 16,2% em 2020 devido ao impacto da pandemia da Covid-19 no turismo, principal atividade econômica e fonte de receita do país. Com mais de 50% da força de trabalho empregada nesse setor, o desemprego está aumentando e afetando especialmente os mais vulneráveis. Espera-se que a pobreza ultrapasse em muito os 13%. A pandemia interrompeu os esforços de reconstrução após o furacão Dorian e as reformas fiscais estruturais destinadas a melhorar e diversificar as receitas e a fortalecer a estabilidade financeira e o ambiente de negócios.

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Crescimento real do PIB a preços de mercado constantes</td>
<td>3.0</td>
<td>1.2</td>
<td>-16.2</td>
<td>2.0</td>
<td>8.5</td>
<td>4.0</td>
</tr>
<tr>
<td>Saldo em conta corrente (percentual do PIB)</td>
<td>-12.1</td>
<td>0.7</td>
<td>-17.4</td>
<td>-21.5</td>
<td>-14.8</td>
<td>-111</td>
</tr>
<tr>
<td>Saldo fiscal (percentual do PIB)</td>
<td>-3.4</td>
<td>-1.7</td>
<td>-6.6</td>
<td>-12.3</td>
<td>-8.9</td>
<td>-4.6</td>
</tr>
<tr>
<td>Dívida pública (percentual do PIB)</td>
<td>62.6</td>
<td>61.8</td>
<td>69.1</td>
<td>89.0</td>
<td>88.4</td>
<td>86.4</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Fonte: Banco Mundial.
Notas: e = estimativa, p = previsão.
(a) Os saldos fiscais são apresentados nos exercícios (1 de julho - 30 de junho).

Barbados

Com as medidas de quarentena e o impacto da pandemia no turismo, estima-se que o PIB de Barbados tenha registrado contração de 17,3% em 2020. O déficit em conta corrente deve ter crescido para 7,8% do PIB. Prevê-se que a pobreza tenha aumentado, refletindo a perda de empregos, o fechamento de empresas e o declínio nas remessas causado pela pandemia. A pandemia interrompeu os esforços de reforma realizados no contexto do plano de Recuperação e Transformação Econômica de Barbados (BERT) para sustentar os superávits primários e reduzir o peso da dívida.

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Crescimento real do PIB a preços de mercado constantes</td>
<td>-0.6</td>
<td>-0.1</td>
<td>-17.3</td>
<td>4.4</td>
<td>72</td>
<td>19</td>
</tr>
<tr>
<td>Saldo em conta corrente (percentual do PIB)</td>
<td>-5.0</td>
<td>-3.1</td>
<td>-7.8</td>
<td>-11.0</td>
<td>-8.6</td>
<td>-61</td>
</tr>
<tr>
<td>Saldo fiscal (percentual do PIB)</td>
<td>-0.3</td>
<td>3.8</td>
<td>-4.7</td>
<td>-3.0</td>
<td>-0.4</td>
<td>0.6</td>
</tr>
<tr>
<td>Dívida pública (percentual do PIB)</td>
<td>125.6</td>
<td>122.2</td>
<td>148.9</td>
<td>142.7</td>
<td>129.4</td>
<td>124.7</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Fonte: Banco Mundial.
Notas: e = estimativa, p = previsão.

Belize

Belize entrou na pandemia da Covid-19 com dívida pública elevada, vulnerabilidades externas e baixa taxa de crescimento econômico. A crise deve aumentar a pobreza e o desemprego. Por sua vez, proteger os vulneráveis continua a ser uma prioridade política. As autoridades acumularam reservas e continuam a fornecer ampla liquidez. O crescimento retornará lentamente no médio prazo, enquanto os riscos de retração permanecem altos e suscetíveis a choques naturais e atrasos na implementação da vacinação.

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Crescimento real do PIB a preços de mercado constantes</td>
<td>2.9</td>
<td>1.8</td>
<td>-141</td>
<td>19</td>
<td>6.4</td>
<td>4.2</td>
</tr>
<tr>
<td>Saldo em conta corrente (percentual do PIB)</td>
<td>-81</td>
<td>-96</td>
<td>-81</td>
<td>-77</td>
<td>-74</td>
<td>-72</td>
</tr>
<tr>
<td>Saldo fiscal (percentual do PIB)</td>
<td>-11</td>
<td>-4.7</td>
<td>-10.9</td>
<td>-10.9</td>
<td>-7.3</td>
<td>-5.1</td>
</tr>
<tr>
<td>Dívida pública (percentual do PIB)</td>
<td>95.9</td>
<td>97.3</td>
<td>125.4</td>
<td>132.4</td>
<td>129.7</td>
<td>127.5</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Fonte: Banco Mundial.
Notas: e = estimativa, p = previsão.
(a) Os saldos fiscais são apresentados nos exercícios (1º de abril - 31 de março).
Bolívia

Depois da recessão provocada pela pandemia, espera-se que a economia se recupere em 2021 devido à redução nas restrições à mobilidade e aos esforços expansionistas. O crescimento poderia desacelerar no médio prazo devido à redução do espaço para políticas expansionistas. Assim, espera-se que a pobreza retorne aos níveis anteriores à crise apenas em 2023. As perspectivas de médio prazo da Bolívia dependem da capacidade de reduzir os desequilíbrios macroeconômicos, gerar espaço fiscal para proteger os gastos sociais e proteger os mais vulneráveis, e gerar novas fontes de crescimento e emprego.

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Crescimento real do PIB a preços de mercado constantes</td>
<td>4.2</td>
<td>2.2</td>
<td>-7.8</td>
<td>4.7</td>
<td>3.5</td>
<td>3.0</td>
</tr>
<tr>
<td>Saldo em conta corrente (percentual do PIB)</td>
<td>-4.5</td>
<td>-3.3</td>
<td>-0.8</td>
<td>-3.0</td>
<td>-1.4</td>
<td>-0.7</td>
</tr>
<tr>
<td>Saldo fiscal (percentual do PIB)</td>
<td>-8.1</td>
<td>-7.2</td>
<td>-12.0</td>
<td>-8.9</td>
<td>-6.0</td>
<td>-4.7</td>
</tr>
<tr>
<td>Dívida pública (percentual do PIB)</td>
<td>53.3</td>
<td>58.8</td>
<td>772</td>
<td>811</td>
<td>813</td>
<td>80.5</td>
</tr>
<tr>
<td>Índice de pobreza (US$5,5 por dia em PPP 2011)</td>
<td>23.4</td>
<td>19.9</td>
<td>28.7</td>
<td>24.1</td>
<td>21.7</td>
<td>19.9</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Fonte: Banco Mundial.

Chile

O Chile deve retomar o crescimento em 2021, à medida que o governo mantiver o estímulo e as restrições de mobilidade forem atenuadas com a vacinação. As perspectivas de médio prazo no Chile dependem de sua capacidade de atender às demandas por acesso mais equitativo às oportunidades, preservação simultânea de sólida gestão macroeconômica, restauração da confiança do setor privado e desbloqueio de ganhos de produtividade em uma economia mais diversificada. As mesmas políticas seriam instrumentais na redução da pobreza causada pela pandemia e estabeleceriam as bases para um crescimento mais inclusivo.

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Crescimento real do PIB a preços de mercado constantes</td>
<td>3.9</td>
<td>1.1</td>
<td>-6.0</td>
<td>5.5</td>
<td>3.5</td>
<td>2.5</td>
</tr>
<tr>
<td>Saldo em conta corrente (percentual do PIB)</td>
<td>-3.6</td>
<td>-3.9</td>
<td>1.5</td>
<td>0.7</td>
<td>-11</td>
<td>-19</td>
</tr>
<tr>
<td>Saldo fiscal (percentual do PIB)</td>
<td>-1.5</td>
<td>-2.7</td>
<td>-7.5</td>
<td>-3.2</td>
<td>-31</td>
<td>-2.2</td>
</tr>
<tr>
<td>Dívida pública (percentual do PIB)</td>
<td>25.6</td>
<td>27.9</td>
<td>33.0</td>
<td>34.5</td>
<td>377</td>
<td>401</td>
</tr>
<tr>
<td>Índice de pobreza (US$5,5 por dia em PPP 2011)</td>
<td>3.4</td>
<td>3.3</td>
<td>3.3</td>
<td>2.7</td>
<td>2.3</td>
<td>2.1</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Fonte: Banco Mundial.

Colômbia

O PIB registrou contração de 6,8 % em 2020 e a pobreza (linha de pobreza de US$ 5,5/dia) está estimada em mais de 5,5 pontos percentuais. A resposta decisiva do governo à crise da Covid-19 apoiou vidas e meios de subsistência, mas reduziu o espaço fiscal. Se a vacinação da Covid-19 prosseguir conforme planejado, o PIB deverá crescer 5,0% em 2021 e a incidência da pobreza deverá se estabilizar. Apoiar a atividade econômica e as famílias vulneráveis e ao mesmo tempo regularizar as contas fiscais exigirá um plano fiscal de médio prazo, sólido e confiável.

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Crescimento real do PIB a preços de mercado constantes</td>
<td>2.6</td>
<td>3.3</td>
<td>-6.8</td>
<td>5.0</td>
<td>4.3</td>
<td>4.2</td>
</tr>
<tr>
<td>Saldo em conta corrente (percentual do PIB)</td>
<td>-4.1</td>
<td>-4.4</td>
<td>-3.3</td>
<td>-4.6</td>
<td>-4.3</td>
<td>-4.2</td>
</tr>
<tr>
<td>Saldo fiscal (percentual do PIB)</td>
<td>-2.2</td>
<td>-2.6</td>
<td>-7.0</td>
<td>-8.3</td>
<td>-4.9</td>
<td>-3.7</td>
</tr>
<tr>
<td>Dívida pública (percentual do PIB)</td>
<td>51.3</td>
<td>52.2</td>
<td>66.7</td>
<td>70.4</td>
<td>68.9</td>
<td>67.4</td>
</tr>
<tr>
<td>Índice de pobreza (US$5,5 por dia em PPP 2011)</td>
<td>28.2</td>
<td>29.4</td>
<td>34.9</td>
<td>32.2</td>
<td>29.9</td>
<td>30.2</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Fonte: Banco Mundial.
**Costa Rica**

A crise da Covid-19 interrompeu a incipiente recuperação econômica e a consolidação fiscal da Costa Rica, com a redução de 4,6% no PIB em 2020. As perdas de emprego e renda entre os mais vulneráveis resultaram em maior índice de pobreza e desigualdade, apesar da resposta de política adequada. Prevê-se que o crescimento se recupere em 2021 e 2022, impulsionado por uma procura externa mais forte, inclusive do turismo, e uma recuperação do investimento, à medida que as reformas estruturais e os esforços de consolidação orçamentária recuperem a confiança do mercado. A redução da pobreza depende do aprofundamento da visão de equidade das reformas.

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Crescimento real do PIB a preços de mercado constantes</td>
<td>2.1</td>
<td>2.2</td>
<td>-4.6</td>
<td>2.6</td>
<td>3.3</td>
</tr>
<tr>
<td>Saldo em conta corrente (percentual do PIB)</td>
<td>-3.0</td>
<td>-2.3</td>
<td>-2.5</td>
<td>-3.2</td>
<td>-3.0</td>
</tr>
<tr>
<td>Saldo fiscal (percentual do PIB)</td>
<td>-5.7</td>
<td>-6.7</td>
<td>-8.6</td>
<td>-6.9</td>
<td>-5.7</td>
</tr>
<tr>
<td>Dívida pública (percentual do PIB)</td>
<td>51.7</td>
<td>56.5</td>
<td>67.9</td>
<td>72.0</td>
<td>75.0</td>
</tr>
<tr>
<td>Índice de pobreza (US$5,5 por dia em PPP 2011)</td>
<td>11.2</td>
<td>10.6</td>
<td>13.0</td>
<td>12.9</td>
<td>12.2</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Fonte: Banco Mundial.


**Dominica**

A economia da Dominica registrou retração de 10% em 2020 após choques causados pela pandemia e pela interrupção repentina do turismo. Acredita-se que a pobreza tenha aumentado devido a este declínio na atividade econômica. As pressões fiscais permanecem agudas, em especial com a necessidade de consolidação e maior resiliência fiscal. O risco de sobreendividamento continua alto. A medida que a pandemia diminui, as perspectivas de crescimento de médio prazo parecem favoráveis, já que a Dominica inicia sua transição para uma economia mais resistente ao clima e a desastres.

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Crescimento real do PIB a preços de mercado constantes</td>
<td>2.3</td>
<td>3.6</td>
<td>-10.0</td>
<td>1.0</td>
<td>3.0</td>
</tr>
<tr>
<td>Saldo em conta corrente (percentual do PIB)</td>
<td>-43.5</td>
<td>-27.9</td>
<td>-30.4</td>
<td>-24.8</td>
<td>-20.1</td>
</tr>
<tr>
<td>Saldo fiscal (percentual do PIB)</td>
<td>-19.3</td>
<td>-9.8</td>
<td>-10.2</td>
<td>-5.0</td>
<td>-3.7</td>
</tr>
<tr>
<td>Dívida pública (percentual do PIB)</td>
<td>76.9</td>
<td>78.8</td>
<td>88.1</td>
<td>95.6</td>
<td>98.3</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Fonte: Banco Mundial.

Notas: e = estimativa, p = previsão. (a) Os saldos fiscais são apresentados nos exercícios fiscais (1 de julho - 30 de junho).

**República Dominicana**

Depois da contração econômica de 6,7% em 2020, a economia está começando a se recuperar. Embora a projeção seja de crescimento do PIB para até 5,5% em 2021, mantém-se uma lacuna na produção de 2,9%, com previsão de solução em 2023/24. Apesar de um aumento nos gastos sociais para mitigar o impacto da pandemia, a pobreza aumentou cerca de 2,4 pontos percentuais para 23,4% em 2020. A implementação de políticas de recuperação oferece uma oportunidade para enfrentar desafios estruturais antigos, como a criação de empregos no setor formal.

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Crescimento real do PIB a preços de mercado constantes</td>
<td>7.0</td>
<td>5.1</td>
<td>-6.7</td>
<td>5.5</td>
<td>4.8</td>
</tr>
<tr>
<td>Saldo em conta corrente (percentual do PIB)</td>
<td>-1.4</td>
<td>-1.4</td>
<td>-1.8</td>
<td>-2.1</td>
<td>-2.8</td>
</tr>
<tr>
<td>Saldo fiscal (percentual do PIB)</td>
<td>-2.6</td>
<td>-2.5</td>
<td>-2.7</td>
<td>-4.6</td>
<td>-2.6</td>
</tr>
<tr>
<td>Dívida pública (percentual do PIB)</td>
<td>376</td>
<td>40.4</td>
<td>56.7</td>
<td>56.7</td>
<td>54.5</td>
</tr>
<tr>
<td>Índice de pobreza (US$5,5 por dia em PPP 2011)</td>
<td>13.9</td>
<td>12.4</td>
<td>13.8</td>
<td>12.8</td>
<td>11.7</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Fonte: Banco Mundial.

**Equador**

Após a recessão impulsionada pela pandemia, espera-se que a economia inicie uma recuperação moderada em 2021, devido às restrições à mobilidade. Sem reservas macroeconômicas e com acesso limitado ao financiamento externo, não se espera que o novo governo implemente um pacote de estímulo para sustentar a recuperação. Portanto, para manter a confiança, estabelecer uma base sólida para a recuperação e estabilizar os índices da dívida pública, serão necessárias reformas estruturais adicionais, inclusive melhoria da eficiência, progressividade da política fiscal e atração do investimento privado.

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Crescimento real do PIB a preços de mercado constantes</td>
<td>1.3</td>
<td>0.0</td>
<td>-6.8</td>
<td>3.4</td>
<td>1.4</td>
<td>1.8</td>
</tr>
<tr>
<td>Saldo em conta corrente (percentual do PIB)</td>
<td>-1.2</td>
<td>-0.1</td>
<td>-8.1</td>
<td>2.8</td>
<td>2.0</td>
<td>1.6</td>
</tr>
<tr>
<td>Saldo fiscal (percentual do PIB)</td>
<td>-3.2</td>
<td>-3.1</td>
<td>-8.5</td>
<td>-2.5</td>
<td>0.1</td>
<td>1.6</td>
</tr>
<tr>
<td>Dívida pública (percentual do PIB)</td>
<td>46.1</td>
<td>51.5</td>
<td>64.9</td>
<td>65.8</td>
<td>64.2</td>
<td>61.0</td>
</tr>
<tr>
<td>Índice de pobreza (US$5,5 por dia em PPP 2011)</td>
<td>24.2</td>
<td>25.4</td>
<td>33.3</td>
<td>29.2</td>
<td>29.7</td>
<td>28.3</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Fonte: Banco Mundial.

**El Salvador**

El Salvador conseguiu conter os piores efeitos da crise da Covid-19, mas com alto custo macroeconômico e fiscal, devido às vulnerabilidades fiscais acumuladas antes da crise e à generosidade da resposta fiscal do governo, que foi financiada principalmente por dívida. É necessária uma grande consolidação fiscal e o desafio será administrá-la enquanto se promove a recuperação econômica e se mitiga o impacto social e contínuo da pandemia da Covid-19 sobre a pobreza.

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Crescimento real do PIB a preços de mercado constantes</td>
<td>2.4</td>
<td>2.4</td>
<td>-8.6</td>
<td>4.1</td>
<td>3.1</td>
<td>2.4</td>
</tr>
<tr>
<td>Saldo em conta corrente (percentual do PIB)</td>
<td>-4.7</td>
<td>-2.1</td>
<td>-14.2</td>
<td>-2.1</td>
<td>-2.7</td>
<td>-3.1</td>
</tr>
<tr>
<td>Saldo fiscal (percentual do PIB)</td>
<td>-2.6</td>
<td>-3.0</td>
<td>-9.1</td>
<td>-5.7</td>
<td>-6.3</td>
<td>-7.4</td>
</tr>
<tr>
<td>Dívida pública (percentual do PIB)</td>
<td>72.7</td>
<td>73.3</td>
<td>88.3</td>
<td>89.1</td>
<td>91.1</td>
<td>94.8</td>
</tr>
<tr>
<td>Índice de pobreza (US$5,5 por dia em PPP 2011)</td>
<td>26.3</td>
<td>22.3</td>
<td>26.9</td>
<td>25.2</td>
<td>23.8</td>
<td>23</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Fonte: Banco Mundial.

**Granada**

A pandemia da Covid-19 atingiu Granada com força, tanto social quanto economicamente. A paralisação do turismo levou a uma retração econômica intensa e ao aumento da dívida pública. Apesar das medidas de apoio do governo aos mais afetados, a taxa de pobreza deve ter aumentado significativamente. Com o turismo sendo retomado gradualmente no médio prazo, a economia deverá se recuperar. No entanto, os riscos para as perspectivas permanecem altos, dependendo da evolução da pandemia e das restrições a viagens internacionais.

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Crescimento real do PIB a preços de mercado constantes</td>
<td>4.1</td>
<td>1.9</td>
<td>-12.6</td>
<td>3.5</td>
<td>5.0</td>
<td>4.9</td>
</tr>
<tr>
<td>Saldo em conta corrente (percentual do PIB)</td>
<td>-15.9</td>
<td>-15.9</td>
<td>-25.2</td>
<td>-23.6</td>
<td>-20.9</td>
<td>-13.9</td>
</tr>
<tr>
<td>Saldo fiscal (percentual do PIB)</td>
<td>4.6</td>
<td>5.0</td>
<td>0.3</td>
<td>1.0</td>
<td>2.1</td>
<td>3.1</td>
</tr>
<tr>
<td>Dívida pública (percentual do PIB)</td>
<td>64.4</td>
<td>59.4</td>
<td>70.6</td>
<td>71.1</td>
<td>68.2</td>
<td>61.7</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Fonte: Banco Mundial.
Notas: e = estimativa, p = previsão.
Guatemala

A pandemia da Covid-19 interrompeu um longo período de crescimento sólido, impulsionado pela demanda doméstica. No entanto, a resiliência nas remessas e exportações e os pacotes de estímulo fiscal ajudaram a aliviar o impacto da pandemia. A implementação da vacinação no segundo semestre de 2021 ajudará na recuperação, que pode ser parcialmente compensada por uma consolidação fiscal já esperada. Prevê-se que a pobreza diminua gradativamente em meio a uma redução gradual dos programas sociais relacionados à pandemia.

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Crescimento real do PIB a preços de mercado constantes</td>
<td>3.2</td>
<td>3.8</td>
<td>-1.8</td>
<td>3.6</td>
<td>4.0</td>
</tr>
<tr>
<td>Saldo em conta corrente (percentual do PIB)</td>
<td>0.8</td>
<td>2.4</td>
<td>4.9</td>
<td>3.2</td>
<td>1.9</td>
</tr>
<tr>
<td>Saldo fiscal (percentual do PIB)</td>
<td>-1.9</td>
<td>-2.3</td>
<td>-4.9</td>
<td>-3.5</td>
<td>-2.1</td>
</tr>
<tr>
<td>Dívida pública (percentual do PIB)</td>
<td>26.2</td>
<td>26.6</td>
<td>31.4</td>
<td>32.9</td>
<td>32.6</td>
</tr>
<tr>
<td>Índice de pobreza (US$5,5 por dia em PPP 2011)</td>
<td>46.6</td>
<td>45.7</td>
<td>47.0</td>
<td>46.1</td>
<td>45.4</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Fonte: Banco Mundial.

Notas: e = estimativa, p = previsão.
(b) Projeção utilizando distribuição neutra (2014) com repasse = 0.7 com base no PIB per capita em LCU constante.

Guiana

A Guiana cresceu a uma taxa extraordinária de 43,5% em 2020, após completar um ano de produção de petróleo. Seus efeitos positivos foram neutralizados por uma profunda retração na economia não petrolífera, desencadeada por medidas para conter a pandemia da Covid-19. Enquanto a produção de petróleo induz ao crescimento, ainda há riscos significativos relacionados à gestão desta nova riqueza. A Guiana terá o desafio de transformar sua crescente riqueza decorrente do petróleo em capital humano, capital físico e ativos financeiros para aumentar o bem-estar mais amplo.

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Crescimento real do PIB a preços de mercado constantes</td>
<td>4.4</td>
<td>5.4</td>
<td>43.5</td>
<td>20.9</td>
<td>26.0</td>
</tr>
<tr>
<td>Saldo em conta corrente (percentual do PIB)</td>
<td>-5.7</td>
<td>-5.6</td>
<td>-10.5</td>
<td>0.8</td>
<td>15.0</td>
</tr>
<tr>
<td>Saldo fiscal (percentual do PIB)</td>
<td>-2.7</td>
<td>-2.8</td>
<td>-9.4</td>
<td>-8.6</td>
<td>-4.0</td>
</tr>
<tr>
<td>Dívida pública (percentual do PIB)</td>
<td>35.8</td>
<td>32.6</td>
<td>47.4</td>
<td>42.7</td>
<td>38.8</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Fonte: Banco Mundial.

Notas: e = estimativa, p = previsão.
(a) PIB não petrolífero a preços de 2012
(b) Petróleo a US$ 54 por barril
(c) O Investimento de Capital Fixo Bruto inclui Petróleo
(d) Definição da balança de pagamentos em US$ corrente

Haiti

A pandemia da Covid-19 e a turbulência política afetaram a economia haitiana, com PIB estimado em 3,4% no exercício fiscal de 2020. A interrupção de serviços essenciais de saúde e o fechamento das escolas prejudicaram o capital humano com efeitos no bem-estar de longo prazo. A recuperação econômica exigirá a contenção da pandemia e, principalmente, estabilidade política, bem como a transição para uma economia mais diversificada e com maior resiliência ao risco de choques naturais.

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Crescimento real do PIB a preços de mercado constantes</td>
<td>1.7</td>
<td>-1.7</td>
<td>-3.4</td>
<td>-0.7</td>
<td>1.5</td>
</tr>
<tr>
<td>Saldo em conta corrente (percentual do PIB)</td>
<td>-4.4</td>
<td>-1.7</td>
<td>5.8</td>
<td>-2.0</td>
<td>-0.5</td>
</tr>
<tr>
<td>Saldo fiscal (percentual do PIB)</td>
<td>-2.6</td>
<td>-2.2</td>
<td>-4.1</td>
<td>-3.4</td>
<td>-2.6</td>
</tr>
<tr>
<td>Dívida pública (percentual do PIB)</td>
<td>23.2</td>
<td>25.7</td>
<td>28.8</td>
<td>32.3</td>
<td>32.1</td>
</tr>
<tr>
<td>Índice de pobreza (US$5,5 por dia em PPP 2011)</td>
<td>46.7</td>
<td>48.5</td>
<td>51.0</td>
<td>51.8</td>
<td>51.7</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Fonte: Banco Mundial.

Notas: e = estimativa, p = previsão.
(a) Cálculos baseados na harmonização do SEDLAC, utilizando 2012-ECVMAS e taxas de crescimento do ano fiscal.
(b) Projeção utilizando distribuição neutra (2012) com repasse = 1 com base na despesa familiar per capita em LCU constante.
Honduras

Espera-se que a economia de Honduras registre contração recorde de 9% em 2020 devido ao duplo impacto da pandemia da Covid-19 e dos furacões Eta e Lota. Eles geraram altos níveis de insegurança alimentar e aumento da pobreza e da desigualdade, à medida que famílias vulneráveis perdem renda. Espera-se uma recuperação em 2021, apoiada por uma política macroeconômica anticíclica e a recuperação do comércio e do investimento. No entanto, uma recuperação mais lenta será possível se a crise de saúde persistir.

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Crescimento real do PIB a preços de mercado constantes</td>
<td>3.7</td>
<td>2.7</td>
<td>-9.0</td>
<td>4.5</td>
<td>3.9</td>
<td>3.8</td>
</tr>
<tr>
<td>Saldo em conta corrente (percentual do PIB)</td>
<td>-5.4</td>
<td>-0.7</td>
<td>-1.2</td>
<td>-1.5</td>
<td>-1.7</td>
<td>-2.3</td>
</tr>
<tr>
<td>Saldo fiscal (percentual do PIB)</td>
<td>-0.9</td>
<td>-0.9</td>
<td>-5.6</td>
<td>-4.0</td>
<td>-1.0</td>
<td>-1.0</td>
</tr>
<tr>
<td>Dívida pública (percentual do PIB)</td>
<td>42.2</td>
<td>43.1</td>
<td>53.9</td>
<td>55.6</td>
<td>55.1</td>
<td>54.5</td>
</tr>
<tr>
<td>Índice de pobreza (US$5,5 por dia em PPP 2011)</td>
<td>50.4</td>
<td>49</td>
<td>55.4</td>
<td>54.1</td>
<td>53.1</td>
<td>52.5</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Fonte: Banco Mundial.

Jamaica


<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Crescimento real do PIB a preços de mercado constantes</td>
<td>1.9</td>
<td>0.9</td>
<td>-10.0</td>
<td>3.0</td>
<td>3.8</td>
<td>3.2</td>
</tr>
<tr>
<td>Saldo em conta corrente (percentual do PIB)</td>
<td>-1.5</td>
<td>-2.1</td>
<td>-1.9</td>
<td>-3.3</td>
<td>-4.3</td>
<td>-3.9</td>
</tr>
<tr>
<td>Saldo fiscal (percentual do PIB)</td>
<td>1.0</td>
<td>0.4</td>
<td>-4.0</td>
<td>0.3</td>
<td>0.3</td>
<td>0.3</td>
</tr>
<tr>
<td>Dívida pública (percentual do PIB)</td>
<td>977</td>
<td>94.3</td>
<td>110.1</td>
<td>100.7</td>
<td>89.4</td>
<td>82.0</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Fonte: Banco Mundial.
Notas: e = estimativa, p = previsão. (a) Os saldos fiscais são apresentados nos exercícios fiscais (1º de abril - 31 de março).

Nicarágua


<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Crescimento real do PIB a preços de mercado constantes</td>
<td>-4.0</td>
<td>-3.9</td>
<td>-2.5</td>
<td>0.9</td>
<td>1.2</td>
<td>1.4</td>
</tr>
<tr>
<td>Saldo em conta corrente (percentual do PIB)</td>
<td>-1.9</td>
<td>6.0</td>
<td>76</td>
<td>4.5</td>
<td>2.7</td>
<td>-0.2</td>
</tr>
<tr>
<td>Saldo fiscal (percentual do PIB)</td>
<td>-4.0</td>
<td>-1.7</td>
<td>-3.7</td>
<td>-5.4</td>
<td>-3.1</td>
<td>-0.6</td>
</tr>
<tr>
<td>Dívida pública (percentual do PIB)</td>
<td>56.2</td>
<td>58.5</td>
<td>65.7</td>
<td>68.6</td>
<td>69.0</td>
<td>66.5</td>
</tr>
<tr>
<td>Índice de pobreza (US$5,5 por dia em PPP 2011)</td>
<td>33.2</td>
<td>35.8</td>
<td>38.2</td>
<td>38.3</td>
<td>38.3</td>
<td>38.2</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Fonte: Banco Mundial.
Panamá

O Panamá registrou o maior número de casos da Covid-19 da América Latina e uma contração do PIB de 17,9% em 2020, pois sua economia depende de setores gravemente afetados pela pandemia, como transporte aéreo, varejo, turismo e construção. A pobreza aumentou 2 pontos percentuais, enquanto a dívida pública aumentou quase 20 pontos percentuais do PIB. O Panamá enfrenta o desafio de retomar o crescimento e reduzir a pobreza e, ao mesmo tempo, equilibrar suas contas fiscais para manter sua cobiçada classificação soberana de grau de investimento.

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Crescimento real do PIB a preços de mercado constantes</td>
<td>3.6</td>
<td>3.0</td>
<td>-17.9</td>
<td>9.9</td>
<td>7.8</td>
<td>4.9</td>
</tr>
<tr>
<td>Saldo em conta corrente (percentual do PIB)</td>
<td>-76</td>
<td>-5.4</td>
<td>-0.7</td>
<td>-2.2</td>
<td>-2.8</td>
<td>-3.3</td>
</tr>
<tr>
<td>Saldo fiscal (percentual do PIB)</td>
<td>-2.9</td>
<td>-3.5</td>
<td>-10.0</td>
<td>-8.2</td>
<td>-6.7</td>
<td>-5.3</td>
</tr>
<tr>
<td>Dívida pública (percentual do PIB)</td>
<td>39.6</td>
<td>46.4</td>
<td>64.4</td>
<td>63.3</td>
<td>61.3</td>
<td>60.3</td>
</tr>
<tr>
<td>Índice de pobreza (US$5,5 por dia em PPP 2011)</td>
<td>12.6</td>
<td>12.1</td>
<td>14.9</td>
<td>13.8</td>
<td>12.9</td>
<td>12.6</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Fonte: Banco Mundial.

Paraguai

em geral, o Paraguai está suportando o choque econômico da Covid-19 e a recessão global relativamente bem, e estima-se que o país tenha tido o menor declínio econômico da região em 2020. No entanto, a pobreza urbana aumentou durante o período da pandemia, e o aumento das infeções e o atraso na vacinação no início de 2021 representam desafios não apenas para a resposta do setor de saúde, mas também para a coesão social e para a trajetória de recuperação econômica.

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Crescimento real do PIB a preços de mercado constantes</td>
<td>3.2</td>
<td>-0.4</td>
<td>-11</td>
<td>3.5</td>
<td>4.0</td>
<td>3.8</td>
</tr>
<tr>
<td>Saldo em conta corrente (percentual do PIB)</td>
<td>-0.2</td>
<td>-0.6</td>
<td>0.3</td>
<td>1.1</td>
<td>1.0</td>
<td>0.8</td>
</tr>
<tr>
<td>Saldo fiscal (percentual do PIB)</td>
<td>-1.3</td>
<td>-2.8</td>
<td>-6.2</td>
<td>-4.0</td>
<td>-2.6</td>
<td>-2.1</td>
</tr>
<tr>
<td>Dívida pública (percentual do PIB)</td>
<td>21.4</td>
<td>24.5</td>
<td>34.2</td>
<td>35.7</td>
<td>35.5</td>
<td>33.8</td>
</tr>
<tr>
<td>Índice de pobreza (US$5,5 por dia em PPP 2011)</td>
<td>15.6</td>
<td>15.4</td>
<td>16.5</td>
<td>15.7</td>
<td>15.1</td>
<td>14.4</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Fonte: Banco Mundial.

Peru

Espera-se que a economia peruana se recupere em cerca de 8%, induzida pela recuperação da demanda interna e das exportações em geral. A pobreza deve diminuir ligeiramente neste ano, embora transferências monetárias adicionais possam acelerar a redução. Essas projeções estão condicionadas à evolução da segunda onda da pandemia e ao início da campanha de vacinação. Superar os desafios estruturais relacionados à informalidade generalizada, à limitação da diversificação econômica e à pouca eficiência do Estado são essenciais para as perspectivas de médio prazo.

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Crescimento real do PIB a preços de mercado constantes</td>
<td>4.0</td>
<td>2.2</td>
<td>-11.1</td>
<td>8.1</td>
<td>4.5</td>
<td>4.1</td>
</tr>
<tr>
<td>Saldo em conta corrente (percentual do PIB)</td>
<td>-17</td>
<td>-1.5</td>
<td>0.5</td>
<td>0.3</td>
<td>-0.1</td>
<td>-0.3</td>
</tr>
<tr>
<td>Saldo fiscal (percentual do PIB)</td>
<td>-2.3</td>
<td>-1.6</td>
<td>-8.9</td>
<td>-5.5</td>
<td>-3.5</td>
<td>-2.5</td>
</tr>
<tr>
<td>Dívida pública (percentual do PIB)</td>
<td>26.6</td>
<td>27.0</td>
<td>35.0</td>
<td>37.7</td>
<td>38.6</td>
<td>39.3</td>
</tr>
<tr>
<td>Índice de pobreza (US$5,5 por dia em PPP 2011)</td>
<td>22.3</td>
<td>20.6</td>
<td>26.6</td>
<td>25.5</td>
<td>22.9</td>
<td>20.8</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Fonte: Banco Mundial.
Santa Lúcia

A pandemia da Covid-19 causou uma grande retração no PIB, de 20% em 2020, e um forte crescimento da dívida pública, para 87% do PIB. Os grupos pobres e mais vulneráveis foram desproporcionalmente impactados pela crise, agravada por possíveis ameaças de exposição a eventos climáticos extremos, exacerbados pelas mudanças climáticas. É fundamental para o governo equilibrar medidas fiscais de curto prazo para mitigar os impactos sobre os menos favorecidos com reformas estruturais de longo prazo capazes de manter a sustentabilidade fiscal e econômica.

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Crescimento real do PIB a preços de mercado constantes</td>
<td>2.6</td>
<td>1.7</td>
<td>-20.4</td>
<td>11</td>
<td>12.3</td>
<td>8.1</td>
</tr>
<tr>
<td>Saldo em conta corrente (percentual do PIB)</td>
<td>2.2</td>
<td>4.6</td>
<td>-14.4</td>
<td>-13.2</td>
<td>-31</td>
<td>1.2</td>
</tr>
<tr>
<td>Saldo fiscal (percentual do PIB)</td>
<td>-1.0</td>
<td>-3.4</td>
<td>-11.5</td>
<td>-9.7</td>
<td>-6.3</td>
<td>-4.2</td>
</tr>
<tr>
<td>Dívida pública (percentual do PIB)</td>
<td>60.1</td>
<td>60.4</td>
<td>86.5</td>
<td>96.0</td>
<td>93.3</td>
<td>92.0</td>
</tr>
<tr>
<td>Índice de pobreza (US$5,5 por dia em PPP 2011)</td>
<td>19.0</td>
<td>19.0</td>
<td>24.6</td>
<td>24.5</td>
<td>20.6</td>
<td>19.3</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Fonte: Banco Mundial.

São Vicente e Granadinas

O PIB registrou contração de 4,2% em 2020 após choques induzidos pela pandemia e pela interrupção repentina do turismo. Prevê-se que a pobreza tenha aumentado devido à retração econômica e à queda na renda familiar. Após vários anos de déficits orçamentários mínimos e superávits primários, o choque econômico da Covid-19 exercerá pressão sobre as finanças públicas. Investimentos públicos significativos, inclusive no porto e em um novo hospital, também representarão desafios fiscais. O risco de sobreendividamento continua alto.

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Crescimento real do PIB a preços de mercado constantes</td>
<td>2.2</td>
<td>0.5</td>
<td>-4.2</td>
<td>0.2</td>
<td>5.0</td>
<td>3.2</td>
</tr>
<tr>
<td>Saldo em conta corrente (percentual do PIB)</td>
<td>-12.0</td>
<td>-10.0</td>
<td>-18.7</td>
<td>-16.9</td>
<td>-15.4</td>
<td>-9.3</td>
</tr>
<tr>
<td>Saldo fiscal (percentual do PIB)</td>
<td>-0.9</td>
<td>-2.3</td>
<td>-7.2</td>
<td>-6.4</td>
<td>-6.2</td>
<td>-5.4</td>
</tr>
<tr>
<td>Dívida pública (percentual do PIB)</td>
<td>75.6</td>
<td>75.2</td>
<td>879</td>
<td>89.7</td>
<td>90.8</td>
<td>90.8</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Fonte: Banco Mundial.
Notas: e = estimativa, p = previsão. (a) Os saldos do orçamento e a dívida pública referem-se ao governo central.

Suriname

O Suriname possui uma economia pequena, baseada em recursos naturais. Nos últimos anos, as autoridades não lidaram de forma adequada com a estabilidade macroeconômica e a volatilidade das receitas de commodities. O governo recém-eleito adotou recentemente um programa de estabilização macroeconômica e está em negociações com o FMI para obter ajuda. A pandemia da Covid-19 exacerbou as atuais fragilidades domésticas, levando a uma forte contração do PIB e ao aumento do desemprego e da pobreza. A descoberta de petróleo offshore, se administrada adequadamente, poderá permitir a consolidação fiscal e maior crescimento a médio prazo.

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Crescimento real do PIB a preços de mercado constantes</td>
<td>2.6</td>
<td>0.3</td>
<td>-14.5</td>
<td>-1.9</td>
<td>0.1</td>
<td>1.3</td>
</tr>
<tr>
<td>Saldo em conta corrente (percentual do PIB)</td>
<td>-3.4</td>
<td>-12.2</td>
<td>6.0</td>
<td>9.5</td>
<td>8.3</td>
<td>8.1</td>
</tr>
<tr>
<td>Saldo fiscal (percentual do PIB)</td>
<td>-11.4</td>
<td>-21.4</td>
<td>-16.7</td>
<td>-12.7</td>
<td>-8.6</td>
<td>-5.3</td>
</tr>
<tr>
<td>Dívida pública (percentual do PIB)</td>
<td>72.5</td>
<td>93.8</td>
<td>148.3</td>
<td>134.4</td>
<td>139.2</td>
<td>141.2</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Fonte: Banco Mundial.
Notas: e = estimativa, p = previsão. (a) Os saldos do orçamento e a dívida pública referem-se ao governo central.
Uruguai

Apesar da contração de 5,8% do PIB em 2020, o Uruguai está pronto para uma recuperação superior a 3% em 2021 e 2022. Embora os planos de consolidação fiscal imediatos tenham sido adiados, o compromisso do governo com a sustentabilidade fiscal reflete-se na redução de despesas não relacionadas à Covid-19 e na adoção de uma regra fiscal. A rede de segurança social existente no país protegeu os mais vulneráveis da crise econômica, mas há riscos no aspecto negativo, principalmente de fecharmento das fronteiras para o turismo estrangeiro.

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Crescimento real do PIB a preços de mercado constantes</td>
<td>0.5</td>
<td>0.3</td>
<td>-5.8</td>
<td>3.4</td>
<td>3.1</td>
<td>2.5</td>
</tr>
<tr>
<td>Saldo em conta corrente (percentual do PIB)</td>
<td>0.0</td>
<td>0.9</td>
<td>-0.5</td>
<td>-1.4</td>
<td>-0.7</td>
<td>-0.6</td>
</tr>
<tr>
<td>Saldo fiscal (percentual do PIB)</td>
<td>-3.1</td>
<td>-3.9</td>
<td>-5.5</td>
<td>-4.0</td>
<td>-3.1</td>
<td>-2.4</td>
</tr>
<tr>
<td>Dívida pública (percentual do PIB)</td>
<td>55.5</td>
<td>56.7</td>
<td>66.3</td>
<td>67.7</td>
<td>67.3</td>
<td>64.8</td>
</tr>
<tr>
<td>Índice de pobreza (US$5,5 por dia em PPP 2011)</td>
<td>3</td>
<td>3.2</td>
<td>4.2</td>
<td>3.5</td>
<td>3</td>
<td>2.6</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Fonte: Banco Mundial.


